



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A CRISE DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO MUNICÍPIO DE
TRIUNFO-PB NA DÉCADA DE 1980**

FRANCISCO GALDINO MONTEIRO

CAJAZEIRAS-PB

2018

FRANCISCO GALDINO MONTEIRO

**A CRISE DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO – PB NA
DÉCADA DE 1980**

Monografia apresentada à banca examinadora do centro de formação de professores da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como exigência parcial para obtenção do grau de licenciatura plena em História

Orientador: professor Dr. Osmar Luiz da Silva Filho

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

M775c Monteiro, Francisco Galdino.

A crise da produção algodoeira no município de Triunfo - PB na
década de 1980 / Francisco Galdino Monteiro. - Cajazeiras, 2018.

86f.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho.

Monografia(Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2018.

1. Algodão - história. 2. Triunfo-PB. 3. Bicudo-do-algodoeiro. 4.
Produção algodoeira - história. 4. História econômica - Paraíba. 5.
Memória. I. Silva Filho, Osmar Luiz da. II. Universidade Federal de
Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 633.51(091)(813.3)

FRANCISCO GALDINO MONTEIRO

**A CRISE DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA NO MUNICÍPIO DE TRIUNFO - PB NA
DÉCADA DE 1980**

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Osmar Luiz da Silva Filho
Orientador

Prof. Ms. Francinaldo de Sousa Bandeira
Membro examinador

Prof. Dra. Silvana Vieira de Sousa
Membro examinador

Prof. Dra. Mariana Moreira Neto
Membro examinador
(Suplente)

CAJAZEIRAS-PB

2018

Dedico este trabalho a todos os agricultores triunfenses, que com a sua perseverança frente às adversidades impostas pelo clima e pelas conjunturas social e histórica, contribuíram e contribuem de forma incontestável com o desenvolvimento e sustentabilidade do nosso município.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Mirele, pelo simples fato de existir, razão maior das minhas aspirações e inspiração que me fortalece a cada sorriso espontâneo que escapa à sua face.

À meu pai Elizaldo Monteiro, pelo exemplo de caráter, humildade e coragem, pelos conselhos e admoestações que tornaram-me o homem que sou.

À minha mãe Francisca Galdino (Neném), para quem os adjetivos existentes nos idiomas da humanidade são insuficientes para tecer-lhe elogios, a prova viva de que a perfeição e a simplicidade se completam.

À minha esposa Maria Vieira, companheira e amiga de longa data, que a seu modo compartilhou as agruras e alegrias dessa empreitada.

Aos meus irmãos Tiago, Ladiane, Mateus e Tobias, sempre dispostos a ouvir os meus discursos de aspirante a professor, sempre solícitos nos meus pedidos de socorro.

À minha avó Maria Alice (*in memoriam*), pelo mais terno amor e cuidados com que me cercou nos melhores anos de minha vida.

Ao meu orientador, o professor Osmar Filho, pela gentileza e dedicação com que me recebeu nestes últimos três anos.

Aos meus amigos, pela atenção, colaboração e paciência com que me presentearam, e acima de tudo pela lealdade.

A todos que colaboraram direta ou indiretamente com este trabalho, esta pequena vitória é indubitavelmente uma obra coletiva.

RESUMO

Esta monografia é o resultado do estudo sobre a comunidade cotonicultora de Triunfo (PB), bem como de um conjunto de experiências pessoais desenvolvidas em torno dessa cultura. Analisei o estabelecimento, auge e decadência do cultivo do algodão neste espaço em um recorte temporal específico, a década de 1980, com enfoque especial no fenômeno da infestação das lavouras pelo bicudo-do-algodoeiro. Para a produção deste trabalho utilizei o recurso às fontes orais, entrevistando agricultores e comerciantes que estiveram envolvidos diretamente com o cultivo e o comércio do algodão em Triunfo. Os dados transcritos foram submetidos à análise de conteúdo servindo de base para a produção de um discurso válido sobre o objeto investigado. Alicerçamos teoricamente as nossas discussões nos paradigmas da nova história econômica e da nova história social, apanhando as ênfases conceituais advindas dessas abordagens e interconectando-as, bem como nas considerações sobre a memória desenvolvidas pelos intelectuais Maurice Halbwachs, Walter Benjamin e Paul Ricoeur.

PALAVRAS – CHAVE: Algodão; Bicudo-do-algodoeiro; História econômica; História social; Oralidade; Memória, Triunfo-PB.

ABSTRACT

This monograph is the result of the study on the cotton-growing community of Triunfo (PB), as well as a set of personal experiences developed around this culture. I analyzed the establishment, rise and decline of cotton cultivation in this space in a specific time cut, the decade of 1980, with a special focus on the phenomenon of infestation of crops by the cotton boll weevil. For the production of this work I used the oral sources, interviewing farmers and traders who were directly involved with the cultivation and trade of cotton in Triunfo. The transcribed data were submitted to the analysis of content serving as the basis for the production of a valid discourse about the investigated object. We theoretically base our discussions on the paradigms of the new economic history and the new social history, taking the conceptual emphases of these approaches and interconnecting them, as well as the considerations on memory developed by intellectuals Maurice Halbwachs, Walter Benjamin and Paul Ricoeur.

KEYWORDS: Cotton; Cotton boll weevil; Economic history; Social history; Orality; Memory, Triunfo-PB.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I – Pulverizador Manual para Agrotóxicos	19
IMAGEM II – Mapa da Paraíba com o Município de Triunfo em Destaque.....	25
IMAGEM III – Fotografia de Satélite da Cidade de Triunfo e Seus Espaços Rurais Adjacentes.....	26
IMAGEM IV – Praças de Triunfo.....	27
IMAGEM V – Fotografia Aérea do Centro da Cidade de Triunfo.....	31
GRÁFICO I – Principais Culturas Praticadas no Município de Triunfo na Atualidade.....	32
IMAGEM VI – Cédula de Contrato de Crédito no Âmbito do Pronaf.....	38
IMAGEM VII – Arado de Tração Animal.....	41
IMAGEM VIII – Ruína de Algodoeira no Centro da Cidade de Cajazeiras- PB.....	52
IMAGEM IX – Unidade Fabril da Multinacional SANBRA em Campina Grande – PB na Década de 1950.....	56
IMAGEM X – Vista Interna do Mercado Público de Triunfo.....	57
IMAGEM XI – Porteira de Propriedade no Sítio Gamelas.....	60
IMAGEM XII – Enxada Utilizada Para o Trato da Lavoura.....	61
IMAGEM XIII – Balança Utilizada Para Pesar Algodão.....	63
IMAGEM XIV – Casa Típica da Zona Rural do Município de Triunfo.....	66

LISTA DE TABELAS

TABELA I – Número de Postos de Trabalho Gerados Pela Cotonicultura no Brasil Entre os Anos de 1980 e 1998.....	20
TABELA II – Diferenças de Qualidade e Produtividade Entre os Algodoeiros Nativos e as Espécies Híbridas.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - ERA NO TEMPO DO ALGODÃO	15
1.1 O Algodão e as Teias que o Envolvem	18
1.2 Uma Necessária Discussão Teórica em Torno de Nosso Objeto	20
1.3 Triunfo, um Espaço de Produção Algodoeira	23
1.4 O Algodão Nas Teias do Mercado e do Planejamento do Estado	33
CAPÍTULO II - O OURO BRANCO E OS PROTAGONISMOS CONVERGENTES.....	41
2.1 O Percurso e as Histórias do Algodão	42
2.2 Conexões Necessárias, os Espaços de Produção e seus Nexos de Mercado.....	51
CAPÍTULO III - DAS FIBRAS UMA MEMÓRIA.....	57
3.1 O Averso do Silêncio: Os Lugares da Oralidade e da Escrita da História.....	67
3.2 A Operação Historiográfica Diante da Memória: Algumas Referências Teóricas.....	69
3.3 A Escrita da História e a Memória: Relações Estreitas Entre a Recordação, o Esquecimento e o Relato.....	75
3.4 O Esquecer da História: Artifícios de Uma Memória Narrada.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS.....	86

INTRODUÇÃO

No ano de 81 eu tirei trezentas e cinquenta arrobas de algodão, cento e setenta e cinco eram dele [do patrão], era de meia, a gente ainda pagava metade do corte da terra e metade do veneno e ele emprestava o boi e a “campinadeira”.
(Egídio Vieira, agricultor aposentado)

Aí ele disse: compadre venha aqui, tem um bicho aqui, quando eu peguei... eu tinha um monoculosinho[...]xi aqui é um bicudo. Mas o bicudo pra encurtar a conversa[...] quando acabou em 85 mesmo, no fim de 85 acabou o algodão[...] se chamava o boi do pobre, era o algodão.
(Aluízio Macena Duarte, comerciante de algodão nas décadas de 1970 e 1980)

Era uma tarde de sábado, em fins de fevereiro, mais precisamente dia vinte e sete de fevereiro de 2016. A conversa que havia sido marcada para as dezessete horas fora atrasada pelo solicitante em mais de quarenta minutos, “impontualmente” às 17:45 horas, adentro à *Farmácia Macena*, a recepção como sempre cordial e gentil dissuade-me da ideia de um pedido de desculpas pelo atraso, já cuidadosamente articulado durante o trajeto para o local previamente acertado, enfim, poderia iniciar a terceira fase prevista no meu projeto de pesquisa, a exploração das fontes orais das quais planejara extrair preciosos dados sobre o meu objeto de investigação.

Ali, no coração da pequena Triunfo, bem ao lado da “igreja matriz”, na referida farmácia, o autor de uma das frases em epígrafe acima me aguardava, como havíamos combinado. Meu interlocutor desempenha há aproximadamente trinta anos as funções de farmacêutico, profissão que abraçou desde meados dos anos 1980 como uma alternativa à sua atividade econômica primeira, a de “corretor de algodão”.

Iniciada a entrevista percebi com certo entusiasmo o quanto são diferentes as análises empreendidas a respeito do extermínio da cotonicultura sob a ótica de acadêmicos e economistas daquelas que brotam espontaneamente na fala de quem de fato vivenciou o auge e a queda do algodão nos rincões do Nordeste. As palavras do entrevistado, ao mesmo tempo que soavam com um ar de nostalgia, deixavam transparecer uma carga de dramaticidade que lentamente nos foi conduzindo à uma

imersão em um cenário agitado em que homens e mulheres de pele áspera e tostada pelo sol inclemente do Sertão nordestino se embrenhavam por entre as “capoeiras” salpicadas pela brancura dos capuchos.

Aqui, no discurso de quem vivenciou os dias alvissareiros proporcionados pelos dividendos da cotonicultura, e em seguida o seu melancólico declínio não encontramos a frieza das considerações abstratas que tratam das oscilações do mercado mundial de *commodities*, ou das disputas litigiosas entre países diante da concessão de subsídios às suas respectivas agroindústrias. Ouvi, isto sim, um relato que, para além de lembranças, reflete a essência de uma época, na qual localidades como o município de Triunfo tinham o seu cotidiano ritmado pelo compasso das safras e entressafras do algodão.

Esse trabalho objetiva, portanto, entender esse tempo dos homens, de sua produção material e social em torno do algodão em Triunfo: o florescimento da produção algodoeira, seu auge e sua decadência. Nesse cenário está a experiência humana dos agricultores no tempo.

Iremos nos munir, para a execução desta pesquisa, dos paradigmas da nova história econômica bem como da nova história social, apanhando as ênfases conceituais advindas destas abordagens e interconectando-as. Nesses termos, serão empregados os conceitos de produção algodoeira; circulação; monetarização; vivências sociais; ação social; relações sociais; modos de viver e de pensar.

Com esta finalidade estaremos ancorados nos autores que nos forneceram esses aportes, tais como João Fragoso (1997), e Manolo Florentino (1997), que discutiram os limites e as possibilidades das análises econômicas enquanto modelos explicativos das sociedades. Aqui, os autores fornecem uma espécie de cronologia pela qual passou a História Econômica desde a sua apoteose iniciada nos pós 1945, em que se debruçou sobre o efervescente campo político econômico engendrado pela Guerra Fria até a sua “marginalização” a partir da década de 1980, quando passou a receber duras críticas e foi ofuscada pelas análises mais direcionadas às mentalidades, às representações, enfim, ao campo das subjetividades. Utilizaremos assim as ferramentas conceituais da história econômica na sua versão “contemporânea” onde, segundo os referidos autores, esta deixa de ser um “monstro invertebrado”, para, aliada aos aspectos sociais e culturais, seguir se prestando à interpretação dos movimentos humanos.

Ainda no terreno da história econômica, dialogaremos com o economista Werner Baer (2009), nos apropriando de suas análises a respeito da economia brasileira em um recorte amplo, que abrange desde a década de 1940 até os dias atuais. As contribuições de Baer se darão mais efetivamente no sentido de esclarecer as relações entre as medidas macroeconômicas adotadas pela esfera pública e os reflexos destas ações sobre a cultura algodoeira nordestina, na medida em que esta é parte de um todo maior, a cotonicultura nacional.

Por outro lado, a História Social apresenta-se para nós como campo privilegiado de abordagem do objeto proposto, fornecendo as ferramentas que nos guiarão na interpretação dos dados qualitativos da comunidade sobre a qual nos debruçaremos, na medida em que esta modalidade de análise apresenta como problema central, segundo a historiadora Hebe Castro (1997, p.48) “os modos de constituição dos atores históricos coletivos, as classes; os grupos sociais; as categorias socioprofissionais e de suas relações, que conformam historicamente as estruturas sociais”.

Assim, dialogando com os pressupostos da História Social, buscaremos uma complementaridade com a abordagem econômica sobre o nosso objeto, que possibilite uma problematização em torno das vivências dos cotonicultores triunfenses em um recorte temporal específico, em que se apresentem as relações de parentesco; os significados das estruturas familiares; as representações sobre sexualidade, casamentos, morte, herança; bem como as condições de vivência a que estavam submetidas categorias sociais como a mulher, a criança e o negro.

O recorte temporal, no interior do qual enquadramos o nosso objeto, sugere a necessidade e a possibilidade de que recorramos a um *corpus* documental, em que consultamos documentos escritos produzidos pelo Estado e por particulares. Acessamos também a memória de agricultores e comerciantes, procedendo, nas palavras de Voldman (1996, p.250), à uma “invenção de fontes”, na medida em que buscamos a partir dos questionários e diálogos extrair as versões possíveis de serem construídas pelo relato desses nossos interlocutores em torno do objeto analisado.

Dessa forma concebemos um desenho para esta pesquisa de cunho monográfico, estando a mesma estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo buscaremos apresentar o espaço geográfico que compõe o município de Triunfo, situando-o no contexto espacial da Paraíba e do Brasil. Em

seguida passaremos a descrever a comunidade cotonicultora e o seu encontro com as dificuldades que se impuseram àquela atividade em meados da década de 1980. Finalizando essa discussão traremos uma reflexão teórica necessária, que guarda os marcos distintivos entre a produção historiográfica e a memória produzida acerca do algodão e da experiência humana aí retida.

No segundo capítulo desenvolveremos uma discussão com a bibliografia já produzida sobre o nosso tema, objetivando a partir disso a compreensão das diversas forças, sejam econômicas, sociais ou políticas, que subjaziam à cotonicultura local, nacional e internacional naquele recorte temporal específico e, portanto, como tais variáveis afetaram a atividade cotonicultora triunfense.

No terceiro capítulo travaremos um diálogo mais próximo com as nossas fontes orais, procurando a partir da análise das construções da memória, especialmente ancorados em autores como os intelectuais Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur e Walter Benjamin compreender e explicar como se dá esse fenômeno, discutindo a sua importância para o conhecimento historiográfico e para este trabalho em especial.

Nosso desafio, a partir de agora, é apresentar ao leitor uma narrativa que venha a engendrar as questões acima citadas.

CAPÍTULO I

ERA NO TEMPO DO ALGODÃO

Em um recanto do Vale do Rio do peixe, alto sertão paraibano, à época circunscrita ao município de Uiraúna e atualmente integrando o município de Triunfo, numa faixa de terras arenosas em que a paisagem acinzentada do semiárido se tingia de pontos verdes aqui e ali sempre que se vislumbrava a copa frondosa de um cajueiro, nascera, como tantas outras pequenas vilas, através da ocupação de propriedades eclesiásticas, muito comuns em todo o Nordeste, o sítio Cajuí, quando os patriarcas João e Joaquim Monteiro, retirantes, vindos do Estado potiguar ali julgaram ter encontrado o lugar ideal para se fixar com as suas numerosas famílias.

Um século depois, 1985, meados de maio, sob o sol do “inverno” sertanejo, na verdade início do outono segundo o calendário gregoriano, um ritual místico acontecia naquele mesmo espaço, embora o cenário agora estivesse bastante modificado, pois a cobertura vegetal predominante mudara drasticamente em pouco menos de cem anos, e o mais dramático, estava prestes a sofrer outra mudança, dessa vez mais abrupta e traumática.

Em um último ato de desespero o agricultor, habituado às intempéries climáticas e à aspereza da lida diária nas pequenas roças de subsistência - nunca ultrapassando cinco hectares - recorre, enfim, ao sagrado, a aspersão das bordas da lavoura com “água benta”, era o prólogo de um longo e penoso ato que não tardaria a atingir seu ápice, aliás, não se estranharia naquelas terras a busca do contato com o “divino”, na medida em que é secular e de amplo conhecimento a devoção e a deposição das esperanças e aspirações dos lavradores nos “santos” católicos diante das causticantes estiagens que assolam o sertão do Nordeste brasileiro com uma frequência ritmada e impiedosa, ao sabor das oscilações da temperatura das águas do pacífico.

Mas, algo de novo, de diferente, e talvez por isso mais assustador, havia por trás daquela súplica, dessa vez não era a escassez de precipitações que se abatia sobre aquele lavrador e os seus; a ameaça, que tinha em comum com a seca o poder da devastação completa, era nova, sorrateira, e não dava a esperança de que se extinguiria no próximo “janeiro”; assim como aquele em particular, a totalidade dos “homens da roça” estavam atônitos desnorteados, intrigados com a nova situação; em

meio as idas e vindas aos “campos”, o assunto era único, já não havia espaço para os preparativos da “fogueira” que se aproximava rapidamente com a chegada iminente do mês de junho e suas festividades tradicionais em homenagem a São João, São Pedro e Santo Antônio, diante da situação cessaram as incursões à cidade, onde durante os anos anteriores, por essa época, era costume a compra a prazo de roupas e outros apetrechos, não havia mais a certeza, antes tão cristalina, de que haveria dinheiro no início de agosto.

As casas na sua quase totalidade construídas de forma rudimentar, utilizando as técnicas indígenas que abusavam do barro e da madeira, estavam relativamente abastecidas com o produto da terra: feijão, milho, e arroz em menor escala, aí o tempo, era nas palavras do historiador inglês E.P.Thompson, o tempo pré-industrial, cadenciado pelas forças da natureza onde o relógio não ditava regras e tinha, onde existia, apenas valor decorativo.

Era nos peiturís¹ dessas moradias simples, iluminadas durante a noite pela chama avermelhada da queima do querosene nas lamparinas (pequeno reservatório de lata no qual se embebia um pavio de fibra vegetal no dito combustível) que homens e mulheres se punham a conversar após os melancólicos, porém, extenuantes dias de trabalho, ali os temas eram variados, percorria-se um amplo espectro que se estendia desde questões astronômicas, - a passagem do cometa *Halley* muito próximo a órbita terrestre, até as notícias mais quentes da política nacional: Tancredo Neves, morto. Sarney é culpado pela inflação? ”

E assim a vida seguiria indelével seu ritmo cadenciado, não fora aquele elemento estranho do qual há pouco menos de três anos se ouvira falar, havia aparecido “pras” bandas da Bahia; entre um assunto e outro esmiuçados amiúde pelos chefes de família que em meio à proza descontraída mantinham os olhos atentos nas meninas moças que aproveitavam também o aracati² e a penumbra para se aventurar nas primeiras paixões; a mais nova ameaça ocupava o centro das discussões; as dúvidas eram inúmeras, como chegou aqui? De onde veio? Como resistir? As respostas ninguém as tinha, não obstante alguém sempre recorresse às boas e velhas profecias do “padim”, -“padim” dizia que no final dos tempos [...].

¹ Pequeno muro com cerca de 50 cm de altura que rodeia as casas, muito comum no interior do Nordeste.

² Vento que sopra do oceano para o continente, entre o final da tarde e o início da noite, canalizado pelo vale do Rio Jaguaribe, cortando o Estado do Ceará e alguns municípios paraibanos.

As preocupações logo se comprovaram, não eram sem fundamento, os anos que se seguiram a 1985 registraram um êxodo rural que se acentuou em proporções geométricas, era o “bicudo”, que finalmente aniquilava a produção algodoeira naquela pequena comunidade a exemplo do que já fizera em outras tantas sertão a dentro; a vida ganhou contornos diferenciados, homens do campo, de pele queimada e costumes rústicos rumaram em direção ao sudeste do país numa marcha que não raras vezes não conheceu o caminho contrário, originando o fenômeno das “viúvas de paulista”, mulheres que subitamente se acharam chefes de família, na ausência dos maridos retirantes; aqueles que regressavam traziam também experiências, vivências diferenciadas, e o sertão que até então cultivara e preservara uma cultura peculiar, presencia rápidas transformações, algumas positivas outras porém, nem tanto, a forma simples de viver do camponês passa a ser confrontada diariamente com os “modismos” importados das metrópoles do sudeste, os costumes locais são postos em contraste com os trazidos de outras regiões e frequentemente vistos como “inferiores”, diante da cultura do consumo, do trabalho assalariado, do individualismo, valores que o sertão nordestino, se não ignorava completamente, certamente não adotava como referência, na medida em que predominavam as extensas famílias vivendo em um pequeno espaço territorial. O sistema de produção baseado quase que exclusivamente no modo familiar, se esvaía e cedia lugar ao latifúndio em meio à concentração fundiária resultante da impossibilidade de pagamento das dívidas pelos pequenos agricultores e pela conseqüente perda da terra que havia sido dada como garantia.

Assim se remodela o cenário, cessam os adjuntos (mutirões em que um grupo de agricultores se reunia para trabalhar juntos em suas lavouras alternadamente de modo que a moeda era o próprio trabalho), em terras onde a pouco havia inúmeras pequenas roças de algodão agora se impõe um só campo de pastagem, é a pecuária ocupando os espaços da cultura moribunda; das pequenas casas que se aglomeravam em torno da casa do patriarca, as que não estão abandonadas estão com seus moradores incompletos, e assim, seguiu o bicudo e a sua fome insaciável, ceifando até as últimas “maçãs” do algodão sertanejo e com elas um modo de viver que sobrevive apenas na memória, e mais tarde quem sabe, em algumas páginas que esperam impacientes para serem escritas.

Essa narrativa em primeira pessoa, por nós construída, evoca um conjunto de experiências sobre o objeto de estudo que estamos investigando. Como filho, neto e

bisneto de agricultores triunfenses vivenciamos os “últimos suspiros” da cotonicultura no município. Sendo assim, nos inserimos na condição de investigador e ator social para examinar esse tema. Os acontecimentos, eventos, enredos e contextos que vamos tentar analisar e interpretar advém desse lugar social, bem como de um lugar acadêmico onde ora estamos inscritos. As questões apresentadas a seguir anunciam essa dupla inserção de nossa investigação.

1.1 O Algodão e as Teias que o Envolvem

O algodão apresenta-se sob várias espécies, no sertão nordestino e mais especificamente no município de Triunfo as variedades mais cultivadas eram o algodão arbóreo, também chamado de preto ou mocó (*Gossypium hirsutum* L. r. *marie galante*), e o algodão herbáceo, ou algodão branco (*Gossypium hirsutum* L. r. *latifolium*), dentre outras de menor representatividade. Conforme informações colhidas com o senhor Aluízio Macena Duarte, o tipo preto ou mocó se sobrepunha aos demais tanto no que se refere ao valor de mercado quanto em qualidade, pois as suas fibras longas e resistentes eram as mais utilizadas pela indústria têxtil, porém, isso não significa que as outras variedades não tivessem também o seu valor, segundo o mesmo depoente todas as espécies de algodão encontravam grande aceitação no mercado, razão pela qual o mesmo era carinhosamente chamado “o boi do pobre”, numa comparação com o que representava o gado bovino em termos econômicos para os latifundiários da região.

Esse epíteto (o boi do pobre), dado ao algodão não era por acaso, pois como já comentamos acima a cultura era responsável por uma grande parcela dos recursos que circulavam no município, de tal modo que o ataque do bicudo - do - algodoeiro às lavouras causou um efeito devastador na economia local. Porém, tão logo se confirmou o potencial destrutivo dessa praga estratégias de resistência começaram a ser postas em prática, ainda segundo o depoente citado, logo nos primeiros meses em que a praga do bicudo se abateu sobre as lavouras triunfenses verificou-se entre os agricultores as mais diversas formas de reação, e em especial o apelo ao misticismo e à religiosidade, características que marcam o sertanejo diante das dificuldades que lhe são impostas seja pelo clima ou quaisquer outros fatores. Contudo, diante da persistência do problema, passou-se a lançar mão das técnicas mais convencionais, especialmente o uso de agrotóxicos.

Os defensivos agrícolas com os quais os agricultores triunfenses estavam habituados eram de uma categoria bem menos agressiva do ponto de vista da toxicidade, razão pela qual não havia materiais protetivos adequados para o manuseio desses novos produtos que pudessem proporcionar um mínimo de segurança, assim representando grande perigo à saúde humana, esses insumos, sendo utilizados sem nenhum critério, ceifariam inúmeras vidas triunfenses entre as décadas de 1980 e 1990. Abaixo, pulverizador manual para aplicação de agrotóxicos:

IMAGEM³1 - Pulverizador Manual Para Agrotóxicos



Observa-se, de acordo com a tabela abaixo, que entre os anos de 1984 e 1994, houve um decréscimo de um milhão e duzentos e noventa e quatro mil postos de trabalho diretos no setor algodoeiro nacional, que significam mais que o dobro desse número se considerados os empregos indiretos produzidos pela cotonicultura no país, fenômeno que se deve em larga medida à rápida expansão do bicudo nas regiões produtoras.

³ Fonte: acervo do autor

TABELA⁴ - Número de Postos de Trabalho Gerados Pela Cotonicultura no Brasil Entre os Anos de 1980 E 1998

Período	Número de empregos gerados
1980 – 1984	1.520.000
1985 – 1989	727.000
1990 – 1994	226.000
1995 – 1998	697.000

O reflexo imediato desses números, conforme já comentamos anteriormente, foi um êxodo rural de grandes proporções, provocando um grande vazio demográfico nas áreas rurais do sertão nordestino, e por outro lado o “inchaço” populacional das metrópoles do Centro-Sul do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, agravando os já crônicos problemas de habitação, segurança pública, transportes, entre outros, apresentados por essas cidades.

1.2 Uma Necessária Discussão Teórica em Torno de Nosso Objeto

A crise da produção algodoeira nos anos 80 do século XX em Triunfo-PB, em decorrência, principalmente, da disseminação do besouro coleóptero “*anthonomus grandis bohemian*”, popularmente conhecido como bicudo-do-algodoeiro, pode e deve ser analisada sob diferentes ângulos interpretativos. Este trabalho em particular, pretende se apropriar dos modelos analíticos desenvolvidos por dois campos historiográficos distintos, quais sejam a história econômica e a história social para analisar e compreender a produção do algodão na cidade de Triunfo e a sociedade que se formou em seu entorno.

É pertinente que iniciemos essa discussão considerando os lugares que esses dois modelos interpretativos ocupam atualmente no cenário historiográfico, pois tais eixos investigativos, como de resto toda a ciência histórica sofreram sensíveis mudanças ao longo do tempo, mudanças que não significam de forma alguma retrocesso, mas aperfeiçoamentos, os quais possibilitam à historiografia se colocar de maneira cada vez mais eficiente como um conhecimento capaz de viabilizar uma inteligibilidade dos processos dinâmicos que marcam a trajetória das sociedades humanas no tempo.

⁴ Fonte: (BELTRÃO, 2001)

Os historiadores João Fragoso (1997) e Manolo Florentino (1997) trazem à baila uma intensa discussão que permeia a historiografia desde o final dos anos 1980, cujo tema central é a legitimidade, ou dizendo de outra forma, a eficácia das análises econômicas como fio condutor para apreensão das concretudes históricas das sociedades, considerando que “esse desconforto se apoderou até mesmo dos principais núcleos incentivadores do economicismo” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 30).

Fragoso (1997) e Florentino (1997), citando Thompson, parecem “diagnosticar” a “patologia” por traz das rejeições cada vez mais acentuadas relativas às análises econômicas no campo historiográfico, essa se apresentaria sob a forma de uma metodologia onde os dados quantitativos se propunham dar conta isoladamente de dissecar as realidades históricas analisadas.

Ora, quando nos propomos a problematizar um fenômeno histórico como a crise da produção algodoeira no município de Triunfo-PB, na década de 1980, não podemos lançar mão, apenas, da utilização e interpretação dos dados quantitativos, não obstante o objeto sobre o qual nos debruçamos possua uma faceta essencialmente econômica. As palavras do nosso interlocutor, abaixo, são sintomáticas quanto a isso:

Aquilo foi como um escurecimento que deu na vista da gente não sabe, escureceu tudo, porque acabou as condições [...] a condição do pobre era mesmo o algodão [...] quando acabou o algodão ficou tudo arrasado.
(Aluízio Macena Duarte. Ex corretor de algodão)

Diante de tal objeto, como escapar ao quantitativo? É preciso que consideremos as múltiplas facetas do problema colocado, e nos reportemos mais uma vez às palavras de Thompson, trazidas ao debate por Fragoso e Florentino, “tais índices (quantitativos) menosprezariam as complexidades relacionadas às relações sociais e fatores culturais que informariam a conduta dos agentes envolvidos”. (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997, p. 30).

O que salta aos olhos, tanto nas palavras de Thompson quanto no depoimento de nosso interlocutor é a necessidade premente de uma homogeneização dos dados quantitativos com aqueles de natureza social e cultural, seriam essas duas últimas categorias que proporcionariam a “vertebralização” das análises econômicas,

trazendo ao debate os atores de “carne e osso” com as suas múltiplas formas de vivência e convivência, com os seus sentimentos, seus costumes, suas tradições, suas crenças, suas territorialidades, enfim sua existência enquanto seres humanos.

A referência que o nosso interlocutor faz na segunda parte do texto em destaque, evidencia a forte característica social que se fará presente ao longo das discussões propostas nesse trabalho, especialmente, uma história social da família. É preciso, no entanto, que façamos algumas considerações quanto à trajetória da história social enquanto parte constitutiva da ciência histórica.

A historiadora Hebe Castro traça uma linha que sintetiza os movimentos de construção e consolidação desse campo específico da historiografia, destacando como movimento fundante desse nicho interpretativo, “*os annales e as transformações que se seguiram às suas realizações*” (CASTRO, 1997, p. 45).

As discussões de Hebe Castro se estendem além da premissa que atribui à história social apenas um lugar de contestação ou de alternativa ao factual, à velha historiografia pautada essencialmente pela narrativa. Por meio dessa perspectiva ela propõe apreender uma espécie de evolução desse tipo de análise histórica na qual ora se destacam as questões culturais, relacionadas às elites, ora há uma aproximação com os movimentos dos grupos sociais, para finalmente se afirmar como campo privilegiado de análise das relações entre os diversos atores e cenários. Dessa maneira a autora define um lugar para a história social:

A história social em sentido restrito, surgiria assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. (CASTRO, 1997. p. 48).

Sendo assim o diálogo com os pressupostos da história social irão permitir uma abordagem do cotidiano das famílias triunfenses na década de 1980, possibilitando apreender e discutir situações tais como, número médio de integrantes por domicílio, as estruturas hierárquicas intrafamiliares, os lugares da mulher e da criança nesse contexto familiar, e finalmente, a abordagem sob a perspectiva da história social permitirá uma apreensão das relações trabalhistas estabelecidas entre proprietários de terras e arrendatários, posseiros, meeiros e diaristas, dentro do contexto da cultura algodoeira triunfense.

A inteligibilidade de um fenômeno como a falência da cotonicultura em Triunfo-PB poderá ser buscada, portanto, considerando-se aspectos múltiplos que se

estendam para além dos dados econômicos puros, esses obtêm um importante ganho quando observados e analisados levando-se em conta as muitas variáveis que perpassam os grupos sociais, considerando ainda que por trás do mundo do trabalho e da produção de riquezas existem vidas humanas profundamente marcadas por signos culturais, religiosos, familiares, etc.

Dessa forma, o encontro entre o econômico e o social tende a produzir um conjunto de procedimentos de investigação necessários para a compreensão e explicação do objeto analisado.

Apresentamos até aqui, de forma sucinta, portanto, o nosso objeto de estudo: florescimento, auge e decadência da comunidade cotonicultora triunfense; este último estágio diz respeito à incidência, na região, do bicudo-do-algodoeiro. Definimos também, nesses parágrafos introdutórios, os meios pelos quais pretendemos conferir esclarecimentos e análises a esses fenômenos. Sendo assim, a partir de agora, convidamos o leitor para que nos acompanhe ao espaço onde se desenrola essa trama.

Sejam bem-vindos à Triunfo, “Terra do Menino Deus”, “Terra do algodão”.

1.3 Triunfo, um Espaço de Produção Algodoeira

O município de Triunfo foi criado pela lei nº 2.637⁵, sancionada pelo então governador do Estado da Paraíba Pedro Moreno Gondim, no dia 20 de dezembro de 1961, tendo a referida lei sido publicada no Diário Oficial no dia 22 de dezembro do mesmo ano, ficando esta data como marco da emancipação política triunfense.

Atualmente Triunfo possui além da zona urbana (cede), vinte e sete comunidades rurais, sendo que uma delas foi alçada à condição de distrito, são elas: Cajuí (distrito), Maracujá, Cacimba Nova, Cacimba Velha, Gerimum, Cantinho, Gamelas, Tapera, Sossego, Capoeiras, Mulungú, Mulunguzinho, Barra do Juá, Juá, Três Irmãos, Passagem Rasa, Pilões, Tabuleiro Grande, Deserto, Olho D’água, Panta, Croá, Lazã, Saco, Riachão (Vila Macena), Vertentes e Custódia.

Essas localidades rurais, diferentemente do núcleo urbano, que segundo fontes disponíveis, possui origem distinta da sua⁶, se apresentam, via de regra, como domínios de umas poucas famílias, estas derivadas dos patriarcas que se

⁵ Fonte: Disponível em: < www.triunfo.pb.gov.br/cidades > Acesso em 09/09/2017

⁶ Fonte: Disponível em: < <http://www.triunfo.pb.gov.br/cidade/historia/> > acesso em: 10/09/2017

estabeleceram nas terras que hoje constituem o município de Triunfo por volta do final do século XIX, através de processos migratórios impelidos ora pela escassez provocada pelas estiagens, ora pela violência patrocinada pelo banditismo rural que se espalhou pelo interior do Nordeste naquela ocasião.

Detectamos essa predominância de troncos familiares na quase totalidade dessas comunidades que elencamos acima, assim, no Distrito de Cajuí a família Monteiro se sobressai, sendo que só a partir da década de 1990 passa a haver uma maior heterogeneidade parental naquela localidade; o mesmo fenômeno se verifica nos sítios Jenipapeiro com a família Batista; Custódia com “os Gerônimos”; Vertentes sob os Moços. Esse fenômeno se repete em toda extensão do município.

Outra característica social importante a ser destacada nesse contexto é o número elevado de indivíduos que compunham as famílias nucleares no recorte temporal ora analisado, muito embora não existam dados disponíveis relativos ao município de Triunfo especificamente, os números referentes à região Nordeste como um todo podem certamente ser aplicados à realidade triunfense, servindo de parâmetro para que se possa ter uma ideia do cenário social no período, assim, até meados da década de 1990, estas famílias se caracterizavam por uma quantidade grande de filhos, por outro lado, a taxa de mortalidade infantil apresentava também índices bastante altos, ambas as curvas, porém, vem mostrando declínio ao longo do tempo, segundo dados recentes do IBGE⁷ o número de mortes por cada 1000 nascidos vivos atualmente é de 8,62, muito abaixo dos percentuais apresentados na década de 1980, com espantosos 117,6 óbitos para cada 1000 nascidos vivos⁸.

⁷ Fonte: Dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pb/triunfo>> acesso em: 10/09/2017

⁸ Fonte: Censo demográfico 1940-1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1950-1997; Pesquisa nacional por amostra de domicílios 1992-1993, 1995. Rio de Janeiro: IBGE, v. 15-17, 1997.

IMAGEM⁹2 - Mapa da Paraíba Com o Município de Triunfo em Destaque

O território Triunfense, *locus* desta pesquisa, encontra-se situado a quinhentos e noventa quilômetros da capital paraibana, João Pessoa, no Extremo Oeste do estado, Alto-Sertão, na microrregião de Cajazeiras, fazendo divisa com o estado do Ceará ao Oeste e com o município de Bernardino Batista ao Norte. Ao Sul limita-se com o município de Santa Helena e a Leste com os municípios de Poço de José de Moura e São João do Rio do Peixe; a fronteira Norte é marcada pela Serra de Gamelas; Com exceção desta cadeia de montanhas apresenta relevo plano com leves ondulações, eleva-se a 310 metros de altitude, o clima é tropical-semiárido com uma média pluviométrica de quinhentos milímetros anuais, a vegetação é típica da caatinga, predominando em especial o marmeleiro, a jurema, o juazeiro, o mufumbo e a catingueira. Abaixo fotografia aérea da cidade de Triunfo e seus espaços rurais adjacentes.

⁹Fonte: Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Triunfo_\(Para%C3%ADba\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Triunfo_(Para%C3%ADba))> acesso em 21/09/2017

IMAGEM¹⁰³ - Fotografia de Satélite da Cidade de Triunfo e Seus Espaços Rurais Adjacentes



A imagem acima permite uma visualização parcial do espaço físico atual da cidade de Triunfo e algumas áreas rurais imediatamente limítrofes. Expandindo-se a partir do entorno de um pequeno templo católico que teve sua construção¹¹ iniciada por volta dos anos 70 do século XIX, devotado ao “Menino Deus”, hoje, igreja matriz, a área urbana triunfense se estende atualmente por aproximadamente 2,5 km², sobre um terreno plano, apresentando um suave aclive no seu extremo Leste, razão pela qual o bairro aí existente é conhecido como “o alto”.

Na parte central da cidade, localizadas à rua 7 de setembro, contíguas à referida Igreja estão a prefeitura, a câmara municipal e o Centro Administrativo.

No setor de atendimento à saúde Triunfo conta com três postos de atendimento básico, além de uma base do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

¹⁰ Fonte: Disponível em: < <https://earth.google.com/web/> > acesso em 28/08/2017.

¹¹ Fonte: Disponível em: < <http://www.triunfo.pb.gov.br/cidade/historia/> > acesso em 25/09/2017

O sistema educacional público triunfense, na sede do município, está estruturado fisicamente em oito aparelhos, sendo dois administrados pelo governo estadual, a EEEM Bernardino José Batista e EEEF Antônio Francisco Duarte e seis sob a tutela do município, as EMEF,s José Adriano de Andrade, Luiz Gomes de Brito, Francisco Liberato, EMEI Bela Vista e EMEI Maria Duarte de Aquino, além da creche, “Vovó Loura”, além disso a cidade conta ainda com três instituições privadas de educação infantil.

São também parte constituinte do aparelho público sete praças: Praça do Presépio (1); Praça do Chafariz (2); Praça do Memorial (3); Praça do Comércio (4); Praça do Portal (5); Praça da Matriz (6) e Praça dos quarenta (7), somam-se a estas, como opção de lazer e esportes, o CREA (Clube Recreativo e Educacional triunfense); o ginásio poliesportivo (Idelvânio Gualberto de Sá) e o estádio municipal de futebol (O Abelão), ainda em fase de conclusão. Abaixo mosaico com imagens das praças triunfenses:

IMAGEM¹²⁴- Praças de Triunfo



A economia triunfense nos dias atuais está ancorada, como veremos adiante, na pecuária e agricultura de subsistência. Por outro lado, constatamos uma importante

¹² Fonte: Mirele Monteiro

participação de aportes de valores oriundos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), na forma de aposentadorias rurais; dessa maneira torna-se notório o aumento da atividade econômica local durante o período de pagamento desses benefícios. Atento a esses detalhes um de nossos colaboradores afirma:

E aí hoje é como se diz não é, são os aposentados, os aposentados que sustentam a turma nova não é [...]
(Alúzio Macena Duarte, ex corretor de algodão)

Constituindo parte importante desse sistema, existem na cidade quatro pequenos correspondentes bancários, responsáveis pelo suprimento da demanda de transações financeiras.

O chamado “setor de serviços”, ou “terciário”, apresenta-se proporcional ao potencial econômico do município, são profissionais liberais que prestam serviços diversificados, tais como salões de beleza; serviços de assistência técnica em eletroeletrônicos; manutenção de motocicletas e automóveis; atendimento odontológico e de análises clínicas, dentre outros. Triunfo conta também com dois veículos de comunicação, uma emissora de rádio (Mariana FM) e um canal de notícias na WEB (radar triunfo).

Não existe transporte coletivo intramunicipal, até em função das dimensões reduzidas do município e em especial da zona urbana, no entanto, verifica-se diariamente um fluxo de aproximadamente sete veículos de transporte coletivo intermunicipal com destino à Cajazeiras, cidade polo do Alto Sertão paraibano.

A sociedade triunfense atual é plural nos mais variados aspectos, tendo recebido contribuições culturais e étnicas diversificadas, em especial de uma comunidade quilombola conhecida como “Os quarenta”, cujos pioneiros, segundo a historiadora local Érica Vanessa Lisboa Andrade (2013, p. 11), chegaram ao município por volta do ano de 1953, rapidamente se inserindo nos contextos econômico, social, religioso e cultural da cidade, proporcionando uma espécie de sincretismo, onde rituais religiosos de origem africana incorporaram-se aos rituais católicos locais, proporcionando uma das mais belas manifestações religiosas do Estado.

Mais recentemente tem havido uma maior adesão de fiéis às denominações religiosas protestantes, dados recentes do IBGE¹³ dão conta de que em um universo de 9.482 habitantes, 679 triunfenses se declaram evangélicos.

Conforme assinalamos em momento anterior, a ocupação do território onde está localizada a zona urbana e suas áreas mais próximas se deu em tempo e de forma diferenciada daquela em que ocorreu o povoamento das comunidades rurais mais afastadas, esses detalhes, que vieram à tona ao longo da pesquisa, nos pareceu ter uma influência direta no modelo de propriedades rurais que viriam a se consolidar ao longo das décadas posteriores no município, assim, enquanto nos sítios ocupados a partir do final do século XIX por retirantes, a posse da terra foi fragmentada em pequenos lotes que raramente chegavam a três hectares, na região mais próxima da cidade constituíram-se os latifúndios, até hoje pertencentes à umas poucas famílias.

O servidor público e agricultor Elizaldo Monteiro, sessenta e três anos, membro da família Monteiro, radicada no distrito de Cajuí, define assim a posse da maior parcela de terras no município:

[...] mas do meu conhecimento mesmo as famílias mais ricas aqui de Triunfo [...] do município de Triunfo né, é a família Moreira [...] essas famílias de tradição que tinha muita terra né [...] a família Gualberto [...] a família Adriano, a família Felinto, a família Rosendo, a família Liberato e a família Teodoro, que é os Lisboa, esse povo aí né [...]
(Elizaldo Monteiro, 63 anos, Servidor Público e agricultor)

De fato, é perceptível a predominância desses grupos familiares ainda na atualidade no controle da maior parcela das propriedades rurais circunvizinhas à zona urbana triunfense, cabendo apenas a ressalva de que com o passar dos anos os enlaces matrimoniais se encarregaram da inserção de outros sobrenomes nesses espaços.

A despeito dessas “misturas”, o que pudemos verificar é que o espaço rural do município mais significante em termos de área e produtividade encontra-se ainda hoje sob o domínio dessas poucas “oligarquias”; assim a região do sítio Cantinho pertence atualmente, quase na sua totalidade, a uns poucos membros das famílias Moreira e Adriano, segundo o senhor Elizaldo Monteiro essa área atinge algo em torno de quinhentos hectares.

¹³

Fonte:

Disponível

em:

<

<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251680&idtema=16&search=paraibaltriunfo|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 28/09/2017

No outro extremo do município, à Leste, encontra-se o sítio Olho D'água. Ali verificamos a permanência da dominação familiar do clã Felinto, corroborando o que havíamos apurado junto a um de nossos interlocutores: “*a família Felinto, é no Olho D'água [...] o velho Antônio Felinto [...] com certeza eles tinham aí umas quatrocentas tarefas de terra*”.

Ao Norte, no sopé da Serra de Gamelas, a propriedade que leva o mesmo nome está ainda hoje em grande medida sob o controle da família Rosendo, aqui ao descrever a condição abastada da família, o nosso depoente evoca a oportunidade, raríssima nos idos das décadas anteriores à 1980, de que os triunfenses tivessem acesso à educação e especialmente à formação superior, citando um dos membros dos Rosendo destaca:

A família Rosendo também é essa faixa também, quatrocentas, quinhentas tarefas de terra, pegava aquelas abas de serra ali [...] das Gamelas [...] aquela região ali [...] é a família Rosendo que é até uma família que estudou mais né [...] saiu alguns membros que se formaram, que nem doutor Chagas Rosendo, foi o primeiro advogado, eu acho que foi o primeiro advogado do município de Triunfo, doutor Chagas Rosendo... doutor Chaguinha. (Elizaldo Monteiro, servidor público e agricultor)

Na parte Sul, nas imediações de Triunfo, está o sítio Vertentes. Aí houve uma maior fragmentação agrária quando comparada às áreas anteriormente citadas, não obstante tenha sido domínio exclusivo da família Moço em um passado recente, especialmente na pessoa de Chicô Moço, conforme relata o senhor Egídio Vieira:

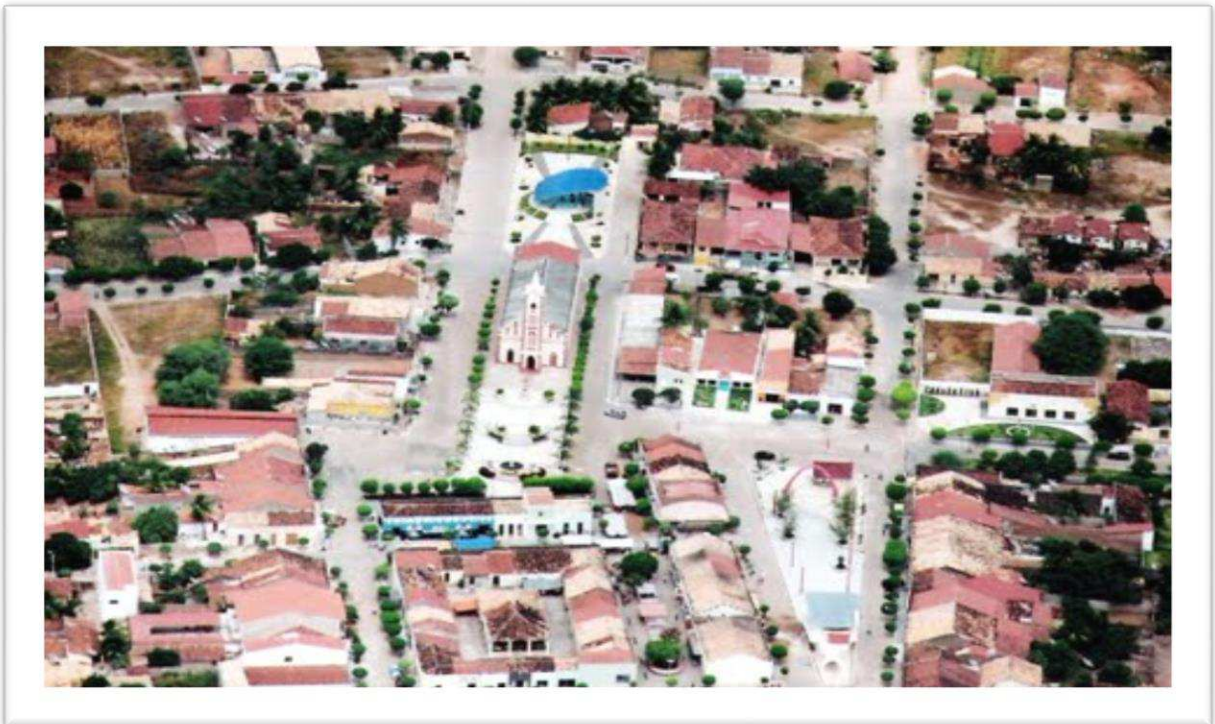
Aqui nas Vertentes era Chicô Moço, plantava muito algodão e comprava muito algodão [...] emprestava dinheiro a juro [...], possuía ali umas seiscentas tarefas de terra. (Egídio Vieira, 71 anos, Agricultor aposentado)

Hoje, essas áreas, que constituem o espaço rural circundante da cidade, logo mais valorizadas economicamente, estão, via de regra, subutilizadas, servindo basicamente de campos de forragem alternados com pequenas roças de milho e feijão durante o período chuvoso, esse processo de pecuária e agricultura extensivas, determinam a má qualidade do rebanho e da pastagem, contribuindo para uma baixa produtividade e uma rápida degradação do solo.

Os materiais de que se serviam os primeiros construtores triunfenses, notadamente o barro e a madeira, não permitiram que o conjunto arquitetônico constituído pelas primeiras habitações do que viria a se tornar a sede do município resistisse até a atualidade, de modo que o cenário urbano atual é formado na sua quase totalidade por casas e prédios comerciais simples, de construção relativamente recente, apresentando na maioria absoluta apenas um pavimento, salvo algumas raras exceções, onde edifícios com até três andares se destacam na paisagem.

Abaixo, centro da cidade de Triunfo.

IMAGEM¹⁴⁵ - Fotografia Aérea do Centro da Cidade de Triunfo



Certamente não há exagero quando um de nossos interlocutores confia em tom de lamento que o fim das lavouras de algodão se abateu sobre essa região como um verdadeiro desastre, na medida em que os seus efeitos não se circunscreveram a um ou outro indivíduo de forma isolada, mas afetaram toda uma comunidade; de um total de aproximadamente seis mil habitantes que compunham na década de 1980 a população triunfense; todos, direta ou indiretamente foram solapados pelo colapso da produção algodoeira.

¹⁴ Fonte: Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/33720768.jpg>> acesso em: 25/09/2017

Como na imensa maioria das cidades interioranas do Nordeste a agricultura constituía-se na principal atividade econômica, e o algodão, ao lado do feijão e do milho, era o “carro chefe” desse modelo produtivo, assim, todas as famílias, indistintamente, foram atingidas. Abaixo gráfico representativo das atividades econômicas mais importantes no município com base em dados do IBGE, do ano de 2006, onde não aparece mais o item algodão:

GRÁFICO¹⁵ - Principais Culturas Praticadas no Município de Triunfo na Atualidade



A agricultura e a pecuária de subsistência continuam sendo as principais atividades econômicas triunfenses, porém houve sensíveis mudanças deste quadro nos últimos quinze anos, como por exemplo, a inserção de algumas atividades paralelas em consórcio com as duas primeiras, é o caso de um bem sucedido ensaio na apicultura, que em pouco menos de dez anos já coloca o município entre os maiores produtores de mel de abelha do estado; a piscicultura sob a forma de pequenas colônias de pescadores e o turismo que busca despertar as potencialidades naturais e históricas da região.

¹⁵ Fonte :Dados disponíveis em: < <http://cod.ibge.gov.br/24UQJ> > acesso em: 30/08/2017

1.4 O Algodão Nas Teias do Mercado e do Planejamento do Estado

O algodão funcionou durante grande parte do século XX como um elo que possibilitava uma tênue ligação entre localidades remotas como o município de Triunfo e os centros mais desenvolvidos de produção e consumo do sistema capitalista, possibilitando que bens duráveis pudessem chegar mesmo que de forma bastante tímida a esses bolsões de isolamento do interior do Brasil, itens como televisores, geladeiras, bicicletas e automóveis, em menor volume, dentre outros, tiveram a sua inserção no território triunfense em função dos atraentes recursos gerados pela cotonicultura.

As indústrias multinacionais que comercializavam e beneficiavam o algodão, a exemplo da argentina, SANBRA e da britânica, ANDERSON CLAYTON, internalizavam quantidades significativas de capitais no município através de seus intermediários, com o objetivo de financiar a produção algodoeira que era absorvida de forma integral por essas corporações, diga-se de passagem, com margens de lucro exorbitantes, que eram viabilizadas por operações comerciais bastante controversas, apenas a título de exemplo vamos citar aqui uma dessas manobras relatadas pelo professor Paulo Sérgio Cunha Farias, segundo ele:

Essas empresas mantinham os preços negociados com o produtor independente das variações para cima, mas não independente das variações para baixo, ao mesmo tempo que financiavam os insumos e outros bens a preços extorsivos. (FARIAS, 2012, p. 23).

Assim se constituiu uma complexa rede de relações econômicas em torno do algodão, que se refletia nas mais simples localidades interioranas do Nordeste. No município de Triunfo não foi diferente, essa intrincada teia tendo como ponto central o algodão e seus dividendos se ramificou para as mais diversificadas atividades, tendo se tornado o motor de um micro -sistema econômico, que envolvia instituições creditícias, agentes financeiros informais (agiotas), casas de comércio de cereais, transporte de passageiros intermunicipal e até interestadual, além das populares feiras, onde se comercializava uma grande variedade de produtos que iam desde roupas e calçados até ferramentas, alimentos, bebidas e uma infinidade de outros itens, todas essas atividades conheceram um período de prosperidade capitaneado pelos recursos decorrentes da cotonicultura, no entanto, as figuras principais de toda essa engrenagem se constituíam em três grupos, o agricultor, o intermediário e por

último o usineiro que beneficiava o algodão, esses atores protagonizaram o auge e o declínio dessa cultura no interior do Nordeste e em especial em Triunfo tendo como coadjuvantes os comerciantes, políticos, profissionais liberais de toda sorte e uma miríade de sujeitos que direta ou indiretamente estavam perpassados pelo ambiente econômico proporcionado pela cotonicultura.

Na esteira da entrada de somas significativas de recursos, o cenário político local também foi profundamente influenciado pelo *boom* algodoeiro, uma vez que os recursos gerados pela produção e comércio da malvácea eram carreados para o financiamento de campanhas eleitorais. Vale salientar ainda as interferências da cotonicultura e seus recursos na formatação da posse da terra no município, as relações entre proprietários, meeiros, posseiros e arrendatários sofreram sensíveis alterações em face da importância econômica representada pela atividade, a manutenção das pequenas propriedades passou a ser cada vez menos possível, uma vez que a alta rentabilidade do cultivo do algodão despertou o desejo de acúmulo cada vez maior de terras, por parte de quem já possuía a imensa parte delas, nesse contexto passou-se a usar de artifícios cada vez mais elaborados no sentido de viabilizar a apropriação pelos latifundiários locais da pequena parcela de terras que ainda não lhes pertenciam.

Diante disso o crédito aos pequenos proprietários foi decisivo, pois na medida em que as poucas terras que possuíam eram dadas como garantia aos empréstimos contraídos, as mesmas iam sendo perdidas conforme fossem aparecendo empecilhos à quitação dessas dívidas. É importante ressaltar que esse processo de apropriação estava ligado àquilo que Francisco de Oliveira denomina de “rapinagem internacional”, se referindo ao modelo de reprodução do capital estrangeiro, especialmente inglês e norte americano, através de seus representantes locais os “coronéis” (OLIVEIRA, 2008, p. 168).

Como reflexo da pujança da economia algodoeira no início do século XX podemos citar o salto de desenvolvimento de cidades paraibanas como Cajazeiras e Campina Grande, esta última inclusive figuraria no período, conforme afirma Farias (2012, p. 24) “como o segundo maior entreposto de algodão do mundo, estando atrás apenas da cidade de Liverpool na Inglaterra”. Toda essa vitalidade irradiava-se evidentemente para todos os recantos do Estado que em face da demanda cada vez maior do “ouro branco”, direcionava a imensa maioria de sua mão de obra para o trato dos algodoads.

O município de Triunfo, conseqüentemente se inseria nesse quadro, o clima semiárido se mostrava propício à cotonicultura, e em especial para a espécie arbórea (*marie galante hutch*), popularmente conhecido como “algodão preto” ou “mocó”, um tipo perene, capaz de produzir, segundo Pinheiro (2010), satisfatoriamente por um período médio de cinco anos, a preferência regional por essa espécie em particular se explica, para além da adaptabilidade climática, pelo fato de ter se desenvolvido ali desde priscas eras um modelo consorciado de agricultura e pecuária em que os restolhos do algodão se constituíam em importante fonte de alimentação animal, e a espécie se prestava de forma ímpar a esse modelo, na medida em que o rebanho ao alimentar-se das folhas e galhos ao fim da colheita, preparava o caule para a próxima safra.

A participação do Agreste e Sertão paraibanos no cenário da cotonicultura mundial se deu historicamente em ciclos de avanço e retrocesso, como reflexo da conjuntura econômica e política internacional, segundo Farias, “os grandes acontecimentos históricos registrados na América do Norte e na Europa durante os séculos XIX e XX tiveram peso significativo nos rumos dessa atividade” (FARIAS, 2012, p. 20). Episódios como a Guerra de Independência dos Estados Unidos e posteriormente a guerra civil entre o Norte e o Sul daquele país, privaram o mercado inglês, grande consumidor da fibra vegetal, da produção norte americana; da mesma forma os conflitos mundiais de 1914-1918 e 1939-1945, inviabilizaram a produção e comercialização em diversos países, lacunas preenchidas em grande medida com o produto paraibano, nesses hiatos de possibilidade de abastecimento dos mercados europeus com a fibra norte americana a cotonicultura paraibana e especialmente a sertaneja registrou o seu período áureo.

Ainda segundo o geógrafo Paulo Sérgio da Cunha Farias (*idem, ibidem p. 25*), é a partir da década de 1930 que a cotonicultura paraibana conhece de fato o início de um processo de decadência que tenderia a se acentuar de forma irreversível nos anos seguintes, até atingir o seu epílogo em meados da década de 1980.

Destacado esse cenário diríamos que o final da década de 1920 e início dos anos 30 foram testemunha de um dos mais emblemáticos capítulos da história econômica do mundo, a quebra da bolsa de Nova York. Esse evento provocou uma reação em cadeia desestabilizando toda a economia mundial. Como reflexo direto desse episódio o Brasil se viu em uma situação bastante delicada no que se referia ao seu principal produto de exportação, o café. Com grandes estoques em seus

armazéns o governo brasileiro chegou ao extremo de incinerar toneladas de grãos dessa *commodity*, na tentativa de reduzir os estoques mundiais e provocar a subida dos preços, segundo Farias, “Os cafeicultores do Centro-sul do país passaram a partir de então a buscar alternativas ao café e voltaram suas atenções exatamente para a cotonicultura”. (FARIAS, 2012, p. 25).

Com um hall tecnológico e financeiro consolidado os novos cotonicultores paulistas, e em seguida os paranaenses passaram a concorrer com os seus congêneres nordestinos, aos quais suplantaram rapidamente, tanto em qualidade quanto em quantidade da produção, relegando a partir de então uma posição secundária à cotonicultura nordestina e em especial a do Sertão e Agreste paraibanos que pouco conseguiu fazer no sentido de se manter nesse mercado diante da superioridade econômica e tecnológica das novas fronteiras produtoras. Assim, segundo Farias:

Já na década de 1940, só a cotonicultura paulista detinha o poder para colocar a sua produção no mercado externo e, ao mesmo tempo constituía-se na produção hegemônica no mercado interno, abastecendo a precoce indústria têxtil nele enraizada. (FARIAS, 2012, p. 27).

Chegamos, portanto, a um estágio em que a cultura do algodão no Sertão paraibano e nordestino se manteria por aproximadamente cinquenta anos; não mais registraria as façanhas de, por exemplo, ocupar o segundo lugar no ranking mundial da produção, todavia se manteve representativa no cenário nacional.

Desconhecedores de toda essa engrenagem refinada e complexa em que se constitui o mundo dos negócios e da economia mundial, os homens e mulheres que se dedicavam ao cultivo do algodão mantinham o seu ritmo de trabalho diário, à revelia dos sofisticados esquemas, tabelas e cálculos desenvolvidos por técnicos e economistas para mensurar o valor do produto de seu suor, assim, no município de Triunfo os efeitos de todo esse processo não se fizeram sentir de forma imediata no cotidiano dessas pessoas, uma vez que o comércio local de algodão continuava ativo, não refletindo de imediato os efeitos observados na escala macroeconômica.

Embora, como afirmado acima, recantos isolados, tais como o município de Triunfo tenham estado durante um período de tempo relativamente longo, imunes aos efeitos dos novos espaços de seletividade da atividade cotonicultora, um conjunto de

novos fatores acabou por determinar a sua exclusão definitiva dos circuitos produtores. Entre esses destacam-se com maior ênfase, “uma nova orientação da política econômica do país, bem como a incidência do bicudo-do-algodoeiro (*anthonomus grandis Boheman*).” (COSTA; BUENO, 2004, p. 26).

Dentre os itens presentes no pacote *neoliberal* levado a cabo pelos governos brasileiros no início dos anos 1990, um dos que mais afetaram negativamente a região Nordeste, trata-se da reestruturação do setor bancário nacional, como parte de um grande processo de privatizações, esse programa privou os pequenos e médios cotonicultores sertanejos do acesso ao capital necessário para tocar as suas lavouras, captando esses movimentos o economista Werner Baer (2009, p.354), afirma que “o desaparecimento dos bancos públicos, em função das privatizações irá impor limites intransponíveis para o acesso ao crédito pelos setores econômicos menos atraentes”.

Medidas como essas tiveram efeitos extremamente negativos no que se refere à cotonicultura familiar, pois ao dificultar o acesso ao crédito pelos pequenos agricultores, acabou por lança-los na busca pelo financiamento informal de suas lavouras, sujeitando muitos desses produtores à agiotas que em conluio com latifundiários locais conduziam essas operações de crédito de forma tal que as mesmas se tornavam impagáveis, levando como já referido antes à perda das pequenas propriedades em face do endividamento.

Os movimentos governamentais, a partir dos anos 1990, na direção de fomentar a pequena produção agrícola de modelo familiar vão certamente estar muito aquém daquilo que era necessário para a continuidade e o desenvolvimento satisfatório dessa atividade, conforme pudemos verificar ao analisar contratos de crédito agrícola provenientes de instituições de crédito federais a agricultores triunfenses no âmbito do PRONAF¹⁶ (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), quando constatamos uma clara dissonância entre os objetivos a que se propõe o programa na sua ementa e os resultados da sua aplicação efetiva.

O caso a seguir demonstra muito bem essa engrenagem perversa que envolvia o agricultor. Observemos o texto do documento abaixo que diz respeito à um contrato de crédito entre o governo e um agricultor:

¹⁶ O PRONAF foi criado em 1996 durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de facilitar a aquisição de crédito pelos pequenos e médios produtores rurais.

IMAGEM¹⁷⁶ - Cédula de Contrato de Crédito no Âmbito do PRONAF

CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA

Nº 21973415453 Vencimento: em 27 de novembro de 2000

Valor: R\$ 1.086,00 (um mil, e oitenta e seis reais).

Nos termos da cláusula FORMA DE PAGAMENTO, pagarei ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., sociedade de economia mista, inscrito no CNPJ/MF nº 07.237.373/091-86, doravante denominado simplesmente BANCO, ou à sua ordem, a quantia de **R\$ 1.086,00 (um mil, e oitenta e seis reais)**, em moeda corrente, crédito deferido exclusivamente para realização de custeio no imóvel de minha propriedade, no município de Triunfo, no Estado da Paraíba, conforme orçamento a seguir, ficando explícito que a diferença entre o valor do crédito aberto e o dos gastos orçados será aplicada com meus recursos próprios, na mesma época e proporção dos desembolsos.

Cronograma Físico-Financeiro de Execução de Projeto - Valores em R\$ 1,00

Discriminação	Desembolsos
JGR-1	
Usos	
- Custeio	
Fontes	
- FAT/PRONAF V	
Programa de Inversões	Valor
- Implantação de 2,0 ha de algodão sequeiro.....	1.086,00
- Implantação de	
- Implantação de	

FONTE DE RECURSOS - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

PROGRAMA – PRONAF V

DESEMBOLSO - O crédito aberto será desembolsado em moeda corrente, da seguinte forma: em abril/2000 R\$ 543,00 (quinhentos e quarenta e três reais), em maio/2000 R\$ 543,00 (quinhentos e quarenta e três reais), ficando o BANCO autorizado a liberar diretamente aos fornecedores ou prestadores de serviços os valores referentes a aquisição de bens e a realização de serviços, contra entrega da primeira via de nota fiscal ou documento equivalente.

ENCARGOS FINANCEIROS: Juros devidos à taxa efetiva de 5,75% a.a., sendo o valor dos juros calculado e capitalizado integralmente no dia 27 de cada mês, no vencimento e na liquidação da dívida, sobre o saldo devedor médio diário do período de cálculo e exigível juntamente com as prestações vincendas de principal, proporcionalmente ao valor de cada uma delas.

TRIBUTOS E TARIFAS: Esta operação de crédito não está sujeita à cobrança do IOF e as tarifas bancárias cobradas do EMITENTE em função da contratação desta operação são as seguintes:

- 2,0% (dois inteiros por cento) sobre o valor do crédito, referente a Tarifa de Contratação Sobre Operação Ativa;
- 3,0% (três inteiros por cento) sobre o valor do crédito, referente a cobrança do Seguro Prestamista.

ALTERAÇÃO DE ENCARGOS FINANCEIROS - Na hipótese de virem a ser substituídas ou suprimidas as taxas de encargos definidos neste instrumento de crédito, passarão a incidir sobre a dívida os novos encargos financeiros que forem legalmente estabelecidos ou, na sua falta, os encargos vigentes para os financiamentos com recursos da fonte que lastreia o crédito ora aberto.

Constituindo parte do acervo documental que arrolamos ao longo desta pesquisa o documento mostrado acima evidencia o grau de exploração a que os camponeses praticantes da agricultura familiar foram submetidos. Aqui, não obstante tratar-se de uma operação viabilizada no âmbito de um programa que se propõe, em

¹⁷ FONTE: escritório local da EMATER-PB (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba)

tese, à fixação do homem ao campo, através de subsídios que permitiriam a sua sobrevivência com dignidade na pequena propriedade, o que se apresenta é, na verdade, uma articulação entre o comércio e a instituição financeira pública que se utilizam de mecanismos que garantam o controle sobre as atividades do pequeno produtor rural, tirando-lhe como já assinalamos, a autonomia, e o submetendo à exploração financeira, tanto sob a forma de juros bancários, quanto no que se refere a impossibilidade de escolha na aplicação dos recursos, uma vez que os repasses destes são processados diretamente entre as instituições bancária e de comércio.

Observemos que, mesmo diante de um valor irrisório, tal como aparece neste fragmento, de apenas 1.086.00 (um mil e oitenta e seis reais), existe a submissão a um desenho estrutural do programa de crédito que direciona esses recursos para atender aos interesses do comércio em primeiro lugar, na medida em que não há, como já nos referimos antes, um repasse do valor em espécie direto ao produtor rural, sendo este obrigado a adquirir mercadorias, sejam insumos ou máquinas agrícolas em estabelecimentos previamente apontados pela instituição creditícia.

Outra característica que julgamos importante ser destacada em relação ao documento sob análise, trata-se da ausência de qualquer cláusula que ampare o agricultor na iminência da incapacidade de que este possa liquidar a sua dívida no prazo estabelecido. Sendo assim, fica claro para nós que, sendo a atividade agrícola uma forma de produção constantemente exposta a variáveis tais como, irregularidade de precipitações, incidência de pragas, e até mesmo oscilações de preço do produto final, e por outro lado, sendo o pequeno produtor um ente descapitalizado, ou seja, desprovido de reservas financeiras, a ausência de um mecanismo que lhe garanta, no mínimo, uma elasticidade maior de prazos para quitação desse contrato resultará fatalmente, conforme já vínhamos alertando em momentos anteriores, no comprometimento da sua pequena propriedade.

Finalmente, não pudemos deixar de observar que um dos dizeres contidos no nosso documento – sociedade de economia mista - explicita o caráter público da instituição que o emitiu, logo, evidentemente, com ao menos parte de seu capital constituído com recursos do contribuinte, o que torna evidente, mais uma vez, os mecanismos de apropriação do Estado pelo capital privado, na medida em que mesmo sobre os valores destinados à um programa como o PRONAF, incidem taxas bancárias e juros anuais que somados chegam a mais de dez por cento do valor contratado.

Nesse sentido, ações dessa natureza se alinham claramente àquilo que Francisco de Oliveira (2008, p. 149), entende como “planejamento”, e daí classificá-las não como um mecanismo direcionado à redução das desigualdades sociais e conseqüentemente, melhoria de qualidade de vida de atores como os pequenos agricultores triunfenses, mas, “como uma forma de facilitar a reprodução do capital pela homogeneização do espaço econômico nacional”.

A metodologia de utilização dos recursos de programas como o PRONAF já nos dá a dimensão daquilo que Oliveira aponta como “uma captura do Estado” pelo capital, pois conforme pudemos constatar no *corpus* documental, a exemplo do fragmento mostrado acima, os valores disponibilizados pelas instituições bancárias eram repassados diretamente para os fornecedores de máquinas e insumos, ficando o agricultor, dessa forma, impossibilitado de decidir os rumos de seus empreendimentos, e, portanto, à mercê do binômio Estado – Capital.

CAPÍTULO II

O OURO BRANCO E OS PROTAGONISMOS CONVERGENTES

O algodão representava para o agricultor triunfense uma fonte de renda que lhe garantia as condições mínimas de sobrevivência, eram os dividendos da cotonicultura que possibilitavam a aquisição daqueles produtos os quais não eram produzidos na terra. É fácil imaginar, portanto, a importância da atividade para essa sociedade, na medida em que financiava a vestimenta, o calçado, o medicamento, entre outros itens indispensáveis à sobrevivência do homem.

Como discutido acima, alguns dos fatores de desvantagem da cotonicultura paraibana e sertaneja em relação às novas áreas produtoras consistiam exatamente na carência de desenvolvimento tecnológico das primeiras em relação às segundas, pois no Sertão e Agreste da Paraíba as técnicas de cultivo se mantiveram inalteradas durante toda a história da cultura do algodão. Abaixo, arado de tração animal utilizado ainda na atualidade por agricultores triunfenses.

IMAGEM¹⁸ 7 - Arado De Tração Animal



Paralelamente, no Centro-Sul do país, ocorreu uma rápida mecanização das lavouras com o uso de máquinas modernas e o desenvolvimento de variedades de

¹⁸ Fonte: Acervo do autor

sementes melhoradas geneticamente, o que permitiu, por um lado, o aumento significativo da produtividade, e por outro uma qualidade de fibra e caroço cada vez melhores; como exemplo dos investimentos paulistas em melhoramento genético do algodão, Farias cita a criação do IAC, (INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS), pioneiro nessa atividade no Brasil, (*idem, ibidem, p.25*).

Assim, enquanto em localidades como o município de Triunfo prevaleciam antigas formas de cultivo, com o uso do arado de tração animal e da enxada, por exemplo, nas novas regiões produtoras a atividade ganhava impulso com a implementação de novas técnicas e modernos métodos de produção.

2.1 O Percurso e as Histórias do Algodão

A cultura algodoeira no Nordeste brasileiro se coloca para muito além de uma simples atividade agrícola, como afirma Pinheiro (2010, p. 45), “ela se confundiu com a própria sobrevivência do homem do campo nessa região”, onde em associação com a pecuária de subsistência contribuiu de forma significativa para a fixação dos lavradores à terra, possibilitando a convivência com os longos períodos de estiagem que caracterizam o polígono das secas no Nordeste Setentrional.

O algodoeiro estava presente no Brasil e mais especificamente no Nordeste quando da chegada dos colonizadores europeus, inicialmente, segundo Pinheiro (2010, p. 23), ele apresentava-se sob duas espécies distintas conhecidas popularmente como “Rim de Boi” e “Quebradinho”, denominações que derivavam das características apresentadas pela disposição das sementes dos respectivos algodoeiros. O primeiro apresentava as sementes unidas que ganhavam a aparência do órgão bovino de mesmo nome, enquanto o segundo apresentava sementes separadas.

No entanto, segundo o mesmo autor, esses algodoeiros nativos, se considerados os padrões internacionais eram ineficientes no que tange as exigências do mercado no quesito produtividade, muito embora produzissem uma fibra de ótima qualidade, comparadas às fibras egípcias, uma das melhores do mundo.

A tabela abaixo apresenta aspectos mais gerais dessa discussão:

TABELA¹⁹ - 2 Diferenças de Qualidade e Produtividade Entre os Algodoeiros Nativos e as Espécies Híbridas

ESPÉCIES	COMPRIMENTO DE FIBRA/MM	RESISTÊNCIA/ IP	KG/HECTARE/ANO
NATIVO	34,3	8,26	957
HÍBRIDO	32	6,16	2076

No Brasil, a tentativa de equacionar esse problema levou à introdução de variadas espécies de algodão que apresentavam maior produtividade em relação às espécies nativas. Descrevendo esse processo de internalização de novas espécies de algodoeiro no território brasileiro Pinheiro afirma que:

As introduções limitadas rapidamente às variedades UP lands foram frequentemente cultivadas em associação com os algodoeiros arbóreos, que deram, por fim uma cultura indefinível conhecida como “herbáceo”, que eliminou progressivamente a cultura dos algodoeiros arbóreos da zona litorânea dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará; da Zona Agreste dos estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia; e das zonas algodoeiras dos estados de Minas Gerais e de São Paulo. (PINHEIRO, 2010, p. 25).

Em Triunfo, no entanto, não há registros da presença do Rim de Boi e do Quebradinho, por sua vez, as vozes saídas do agricultor triunfense nos dão conta de que outros três tipos de algodoeiro foram cultivados ali; introduzidos inicialmente para suprir as necessidades de consumo locais e posteriormente com finalidades comerciais: o Mocó ou preto; o verdão e o branco. Assim todos os indícios nos levam a crer que o algodão não tenha sido cultivado em quantidade significativa em Triunfo antes dos processos de hibridação relatados em detalhes por Pinheiro (2010, p. 25), processos estes que acabaram por extinguir estas espécies nativas (Rim de Boi e Quebradinho), fazendo emergir neste espaço as novas variedades (Verdão, Branco e Mocó).

O senhor Aluizio Macena descreve-nos com riqueza de detalhes as espécies de algodoeiro cultivadas em Triunfo, apontando, inclusive, em quais localidades se sobressaía esta ou aquela espécie:

Lá pro Riachão, lá pra nós, só tinha algodão preto, nada de algodão branco nem verdão, apesar que na Tapera ainda tinha algodão branco, mas aqui do Sossego até o Riachão esse mundo aí, tudo é

¹⁹ Fonte: (PINHEIRO, 2010)

terra alta né, serrote, só dava algodão Mocó, nunca peguei algodão branco naquela região, às vezes ainda se plantava, mas era pouco, agora por aqui era verdão e o branco.
(Aluízio Macena Duarte, ex corretor de algodão)

Esta fala demonstra a intimidade do homem triunfense com a atividade algodoeira, percebemos aqui a profunda relação que o agricultor desenvolveu com o cultivo desse produto, pois, conhecedor dos diversos padrões de solo e topografia locais, ele é capaz de apontar com exatidão, ainda hoje, quais as áreas específicas do município eram as mais apropriadas para o desenvolvimento de cada espécie em particular.

Ainda ouvindo o senhor Aluízio, pudemos constatar o saber acumulado por esses lavradores no que se refere ao conhecimento prático sobre o algodão, ao descrever as três principais variedades cultivadas em triunfo, o mesmo faz questão de demonstrar a habilidade adquirida durante os anos de trabalho como comerciante da fibra, e exalta em particular a espécie conhecida como Mocó. Destacando tanto a qualidade das fibras deste algodoeiro quanto as suas características de interação com a pecuária local:

Ah! sem dúvida o melhor era o algodão preto, algodão Mocó, porque olhe, dava tudo melhor, até a roupa feita com a fibra do 36, do algodão Mocó era mais forte do que a do algodão branco, porque o branco não tem fibra pra fazer roupa não, é bem curtinha, e era o que dava melhor resíduo, ele se saía melhor que os outros o AC 13, AC 17 e o SL 7.
(Aluízio Macena Duarte, ex corretor de algodão)

A leitura concebida pelo nosso colaborador se alinha com as afirmações feitas por Pinheiro, especialmente no que diz respeito à interação com a pecuária, quando enfatiza, assim como o pesquisador, a utilização do algodão também na alimentação do rebanho, pois se referindo ao tema, Pinheiro afirma textualmente que:

Com os galhos e folhas servindo de pastagem para os animais durante os períodos de entressafra e rebrotando assim que as chuvas retornavam, essa simbiose garantia a sobrevivência de um modelo onde qualquer outro teria fracassado (PINHEIRO, 2010, p. 45).

Assim, resistência às condições climáticas do semiárido e perenidade foram características que se mostraram determinantes para a longevidade da cultura do

algodão Mocó em solo triunfense, na medida em que possibilitava uma perfeita sinergia com a pecuária.

Por outro lado, é importante frisar que, mesmo reconhecendo a qualidade superior da espécie Mocó em termos de comprimento de fibra e excelência do caroço na alimentação animal e humana, os agricultores triunfenses ouvidos por nós, não deixam de esclarecer que as espécies Verdão e Branco se sobrepujam a este no que se refere à produtividade, razão pela qual a sua hegemonia foi aos poucos sendo sobrepujada em favor destas outras variedades.

Corroborando esse cenário desenhado acima, outro de nossos colaboradores ao lembrar com saudosismo os efervescentes anos de acentuada produção, cita as características dessas outras espécies de algodão, nesse processo de digressão faz emergir da memória filigranas do cotidiano do trabalho no campo:

Tinha o verdão e o preto, o preto era pra ficar a raiz pro outro ano e o verdão era pra dar logo a safra né, dava uns capuchão desse tamanho, enchia a mão, mas o preto era mais valorizado e durava oito dez anos, sustentava; e pra plantar já sabe como era, uma carreira de preto de um lado, outra do outro e no meio uma de milho e uma de verdão, só o feijão que não, ele tem que dá muitas limpas e enrama muito, plantava separado. (Egídio Vieira, agricultor aposentado)

A consulta direcionada às fontes nos permitiu também o acesso a alguns quantitativos, não obstante o déficit de registros contábeis, em função de que o homem do campo, via de regra, se utiliza de outras metodologias para a conservação de dados, a memória sobretudo; mesmo assim é possível vislumbrar o volume da produção algodoeira triunfense no seu período mais agudo com base em relatos como este do senhor Egídio Vieira:

Eu mesmo, no ano de 1981, catei meu mesmo, sabe quanto? Cento e setenta e cinco arrobas de algodão, e era de meia, pagava metade do corte da terra, metade do veneno e ele [patrão] dava o boi e a campinadeira. (Egídio Vieira, agricultor aposentado)

Considerando-se que uma arroba de algodão é equivalente a 20 kg (vinte quilos), constata-se que o senhor Egídio Vieira produziu no referido ano 3.500 kg (três mil e quinhentos quilos), em regime de meia, ou seja, metade da produção para o dono da terra e metade para o agricultor. É possível inferirmos a partir de revelações como esta que a produção algodoeira em Triunfo nos anos de 1980, se fazia efetivamente expressiva no cenário regional, pois se um único agricultor, na condição

de meeiro, ou seja, sem nenhuma capacidade de investimento, portanto, dispondo apenas do seu trabalho manual, produziu em um ano/safra três toneladas e meia de algodão, a produção total do município certamente alcançava níveis consideráveis.

Por sua vez o senhor Simão Lopes, agricultor que trabalhou também como ajudante de carga (chapeado), relembra o intenso trabalho de carga e descarga dos caminhões no transporte do algodão triunfense para as usinas das cidades polo, Souza e Cajazeiras:

A gente não tinha descanso não, quando chegava o tempo da colheita trabalhava dia e noite, era um mundo de algodão, só você vendo, levava pra Souza, pra Cajazeiras, só nunca fui pra Campina Grande. (Simão Lopes da Silva, 74 anos, agricultor aposentado)

As referências aos volumes de algodão produzidos em Triunfo durante o seu período mais próspero são visivelmente acompanhadas de uma carga emocional forte. Não raras vezes percebemos o ufanismo nas falas desses homens que carregam um orgulho sincero do trabalho que realizaram e da riqueza que têm consciência, terem ajudado a produzir.

A prática da agricultura em Triunfo pouco se afastou das técnicas mais rudimentares; a coivara, o arado, a enxada e a foice atravessaram séculos de história e trabalho e estavam bem presentes nas roças triunfenses à época da fase mais próspera da produção algodoeira. Desse modo, pautando-se exclusivamente no trabalho braçal o agricultor não podia prescindir do envolvimento de todos os membros da família na atividade produtiva, pois o grande número de braços era fator *sine qua non* para que se alcançasse um mínimo de produtividade.

Nesse tocante chamamos a atenção para a convergência de protagonismos!

Além de proprietários, agricultores e meeiros temos a presença de crianças e mulheres fazendo parte do contingente exigido pelas lavouras. Não restava espaço naquela sociedade para as justas restrições que hoje se fazem, ao menos em tese, ao trabalho infantil. A aspereza da luta diária pela sobrevivência envolvia os pequenos e as senhoras; não havia clemência, o sol do sertão e o pêlo dos algodais reclamavam a presença de todos.

O depoimento da senhora Teresa Vieira é esclarecedor no que tange ao envolvimento da família como um todo, não só nas lavouras de algodão, mas nas lutas em geral, travadas cotidianamente na busca pela sobrevivência neste espaço. Ela

narra algumas das suas experiências familiares no campo, situando-as em um contexto específico, o das estiagens e das ações emergenciais delas decorrentes:

Dava umas lebrina, o povo plantava uns pedacinho não dava nada não, aí tinha as emergências, tinha uma tal de quebra pedra, eu nunca trabalhei não, eu mesmo nunca quebrei não, muitas mulheres iam mas eu mesmo nunca fui não! Agora compadre Zé ajeitou, botou Francisco meu pra trabalhar, mas eu nunca trabalhei não. (Teresa Vieira, 72 anos, agricultora aposentada)

O relato que reproduzimos acima é pleno de significados, pois traduz, com a costumeira simplicidade dos homens e mulheres do campo, a complexa teia de interesses que os envolvia. Na impossibilidade dos cultivos habituais, em decorrência da falta de chuvas, restava aos triunfenses a “emergência” (frentes de trabalho organizadas pelo governo federal). O acesso a esta, no entanto, estava condicionado às relações sociais engendradas em cada localidade, consolidando a condição de refém à qual o agricultor despossuído já estava sujeito mesmo durante os anos de farta precipitação. Em um trecho de fala a depoente, em especial, ressalta essa situação lamentável, onde o agricultor estava enredado: *“agora compadre Zé ajeitou, botou Francisco meu pra trabalhar, mas eu nunca trabalhei não”*.

Dois detalhes sinistros emergem destas colocações: o primeiro e mais óbvio trata-se exatamente da relação de dependência estabelecida entre o agricultor despossuído (meeiro) e o grande e médio proprietário; “compadre Zé”, aqui, é a personificação desse “coronel”, que fala pelo agricultor. Àquele é negada a possibilidade de se exprimir, não responde por si, é dependente não só das terras do patrão, mas das suas “bênçãos”, que devem ser evocadas para a intermediação com o Estado e os outros atores sociais, tal como na busca por uma vaga na famigerada “emergência”. Francisco de Oliveira define bem essa estrutura:

As emergências criaram outra forma de enriquecimento, e de reforço da oligarquia, não apenas os eleitores reais dos coronéis tinham prioridade para engajamento nas frentes de trabalho, como os eleitores – trabalhadores fantasmas pululavam. (OLIVEIRA, 2010, p. 179).

Esse protagonismo do Estado assumiu formas diversas!

Enquanto Francisco de Oliveira centraliza as atenções nos efeitos imediatos e posteriores que as emergências desencadeavam, outro estudioso com o qual

dialogamos, desta feita o economista Werner Baer, nos revela um quadro mais amplo de interesses que estavam vinculados ao modelo de Estado vigente entre o final dos anos 1980 e início da década posterior. Nesse sentido Baer (2009, p. 354) esclarece os novos parâmetros adotados na condução das políticas de crédito para os diversos setores da economia, inclusive o agrícola, no qual os processos tais como as privatizações dos Bancos estatais impactaram fortemente as relações dos pequenos agricultores com os estabelecimentos bancários.

Por outro lado, nesse mesmo pacote de implementação de um modelo neoliberal de Estado a retirada da chamada reserva de mercado que incidia sobre vários itens produzidos internamente, dentre os quais estava o algodão, foi fator de substancial importância para desencadear o fenômeno que estamos colocando para análise. Assim não é possível, no nosso entendimento, uma compreensão plena dessa conjuntura social e econômica que estamos investigando sem considerarmos a centralidade e o protagonismo assumidos pelo Estado nesses processos.

Feitas essas observações voltemos a ouvir a nossa depoente, onde podemos testemunhar mais um momento singular de recordação:

[...] aí tinha as emergências, tinha uma tal de quebra pedra, eu nunca trabalhei não, eu mesmo nunca quebrei não, muitas mulheres iam mas eu mesmo nunca fui não! (Teresa Vieira, agricultora aposentada)

Aqui percebemos uma necessidade insistente de assegurar que a mesma não esteve nos campos de trabalho da “emergência”. Essa ênfase dada pela depoente denuncia um grave problema social no âmbito dessa modalidade de emprego: a exposição a que a mulher estava submetida quando “forçada” a adentrar em um meio, àquela época, eminentemente masculino.

Diferentemente do roçado, onde a mulher estava cercada apenas pelos filhos e o marido, no “trecho” (como eram conhecidos popularmente os canteiros de obras patrocinados pelas “emergências”), estas senhoras agricultoras poderiam estar expostas ao convívio com centenas de homens, sem que houvesse, evidentemente, nenhuma estrutura que lhes garantisse a privacidade e a dignidade necessárias.

Presença marcante no cenário do semiárido, é difícil falar de qualquer análise social neste espaço sem que se considere o impacto de políticas públicas da natureza de uma “emergência”. As ações decorrentes dessa política pública estão eivadas de vícios e interesses subterrâneos, ao tempo que se apresentava como tábua de

salvação para aqueles que amargavam as consequências das vicissitudes climáticas, consolidavam e legitimavam o círculo de explorações ao qual estavam expostos esses camponeses.

Como vemos a unidade socioeconômica “família” está engendrada nessa realidade social e econômica que a circunscreve.

O senhor Egídio Vieira, quando instado a falar do envolvimento da família nas labutas diárias nos algodoads, expressa a sua visão daqueles tempos, enfatizando em especial o papel desempenhado pela mãe nas atividades cotidianas:

Olhe, minha mãe [...] nós trabalhava lá no pé da serra, saía de madrugada pra catar algodão e quando era de oito “pras” nove horas ela chegava com o almoço, daqui lá é mais de meia légua, e enquanto nós almoçava ela ia naqueles pés de algodão bem alto, que tinha aquela lã boa, era depressinha, quando nós acabava de almoçar ela já vinha com um “seíote” de algodão, quando chegava descaroçava pra fiar de noite. (Egídio Vieira, agricultor aposentado)

Portanto, o cenário social que aflora nas falas dos nossos interlocutores caracteriza-se como um espaço de lutas materiais e simbólicas, onde o algodão era o centro convergente de protagonismos, entrelaçando, por meio de suas tramas, todos os membros das extensas famílias camponesas triunfenses em interação constante com comerciantes, latifundiários e o próprio Estado.

Os depoimentos acima nos levam a considerar a existência de uma teia social e econômica envolvendo a produção do algodão.

Da maneira como já anunciamos anteriormente não podemos proceder a uma análise histórica puramente quantitativa de um fenômeno como o cultivo do algodão em Triunfo, entendendo que um trabalho que esteja pautado apenas em aspectos econômicos deixaria escapar certamente, conforme nos alertam Frago e Florentino (1997, p. 31), questões que envolvem a experiência humana e social de constituição da própria sociedade, “os atores de carne e osso”, como nos falam os referidos autores.

E aqui nos deparamos com novas convergências, na medida em que temos que considerar os ritmos de história cotidiana das famílias camponesas relacionados à produção algodoeira, absorvendo a dimensão cultural que se soma aos aspectos econômicos e sociais.

A cultura algodoeira envolvia e formatava o cotidiano triunfense. Leia-se aqui o termo “cultura” como uma palavra polissêmica, carregando tanto o significado de cultivo agrícola de uma espécie vegetal quanto o de um conjunto de práticas de um determinado grupo social, ou dizendo de outra forma, a cotonicultura se colocava não apenas como uma atividade geradora de riqueza, mas também como um elemento de identidade cultural, pautando através de seus dividendos os ritmos das atividades sociais nos rincões de Triunfo (casamentos, festas religiosas, aquisição e venda de bens) entre outras inúmeras atividades. Assim, formava-se a vida, informada pelo ciclo produtivo do algodão.

Em meio aos relatos por nós solicitados, tendo como tema central a lida diária na atividade cotonicultora, nos foi possível compreender de forma mais aprofundada como se davam as relações sociais nas pequenas localidades rurais, aqui emergem das falas dos agricultores as interdependências e as solidariedades próprias das comunidades mais interioranas:

Não tinha o abate de gado aqui por essas épocas não, porque era o seguinte, você criava um porco, seu vizinho criava outro aí quando matava um porcão grande, quarenta, cinquenta quilos, dizia fulano: eu matei o meu hoje, tiro um quarto pra tu, quando matar o teu tira pra mim, e era assim com os vizinhos tudo, não faltava carne o mês todinho. (Egídio Vieira, agricultor aposentado)

A cotonicultura em Triunfo, portanto, pode ser classificada, ao nosso ver, como um amálgama que unia os elementos na composição da cena econômica e social daquela localidade. Fazemos essa afirmação com base nas experiências que apuramos no decorrer desta pesquisa, e que nos dão conta da mútua influência entre esses dois campos do viver entrecortados, irremediavelmente, pelas safras algodoeiras.

Parafrazeando o mestre Luiz Gonzaga, o agricultor triunfense confia-nos o lugar que o algodão ocupava no cenário social do município, pois: “se a safra não atrapalhasse os planos”, a vida continuava o seu ritmo natural, era no “apurar” do algodão que o homem do campo consumava as suas atividades sociais.

O senhor Egídio Vieira descreve como conseguiu amealhar alguns bens, entre eles a casa própria, com os recursos provenientes do algodão.

[...] aí quando foi pra levantar essa casa aqui, não foi fruto de herança não, foi de suor derramado na roça, catando algodão, dia dois de

fevereiro de oitenta e um eu passei pra dentro dela, fiz a conta da telha, do tijolo da madeira, gastei sessenta mil cruzeiros. (Egídio Vieira, agricultor aposentado)

A senhora Teresa Vieira, por sua vez revela, em tom de brincadeira, as suas “aventuras” na cidade, financiadas pelo dinheiro da colheita:

Era no fim do inverno, de setembro pra outubro, era o tempo das capoeiras [...] comprava roupa, a gente ganhava o dinheiro e quando era no sábado ia pra Uiraúna, a feira era em Uiraúna, ia a pé, não tinha nem estrada naquele tempo. (Teresa Vieira, agricultora aposentada)

Atividades simplórias como estas narradas acima são representativas da importante relação estabelecida entre o algodão e o cotidiano social triunfense.

Outro ponto de importante convergência nesse contexto tratava-se da relação estabelecida entre as manifestações religiosas e os aportes de valores que emergiam do algodão, assim, não é incomum nas falas dos nossos depoentes as conexões estabelecidas entre a prosperidade emanada das fartas colheitas e a pujança das festas católicas realizadas em homenagem aos “padroeiros” locais; os leilões e as ofertas se robusteciam, com a gratidão dos fiéis transformada em cifras que reforçavam as reservas do altar.

Os relatos que ouvimos até aqui, ao sondar os agricultores triunfenses, sobre um tema em particular, o algodão, foram esclarecedores no sentido de demonstrar, de forma empírica, aquilo que Fragoso e Florentino (1997, p. 30), afirmam teoricamente, ou seja, a convergência de elementos econômicos e sociais propiciam uma melhor compreensão de uma dada sociedade analisada.

2.2 Conexões Necessárias: os Espaços de Produção e Seus Nexos de Mercado

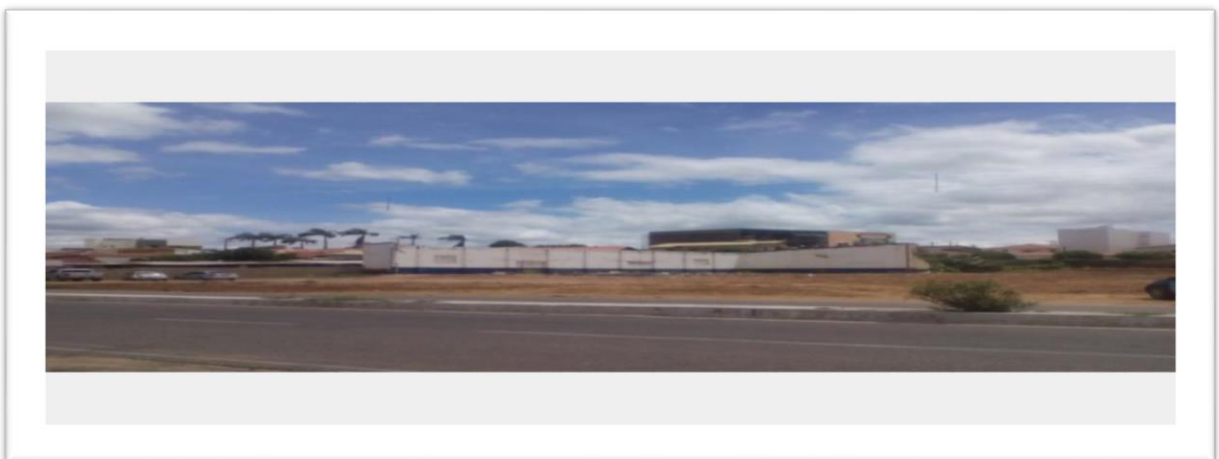
Apesar desse estudo apresentar-se com um caráter monográfico, com foco específico em um espaço e uma temporalidade, entendemos que o mesmo solicita aberturas para análise e compreensão de outras áreas que envolvem a micro-região e, na esteira dessa questão, formatam nossa região estudada. Queremos dizer que não podemos prescindir de contextualizar uma realidade que envolve nosso *locus* específico de investigação, uma vez que, em torno de Triunfo, numa mesma temporalidade, encontramos determinações maiores para o engendramento das relações econômicas e sociais nos espaços de produção agrícola na temporalidade

considerada. Nesse sentido a produção triunfense não se dava, evidentemente, de forma descolada do contexto macro - produtivo do Alto Sertão e do Nordeste como um todo.

Partindo dessa premissa se faz necessário entender como estava organizado o setor algodoeiro regional e como este se ligava finalmente a um circuito maior de planejamento e determinações econômicas.

Como já frisado em momentos anteriores, o município de Triunfo encontra-se localizado na microrregião de Cajazeiras, uma das cidades mais importantes do interior paraibano. A “terra do padre Rolim” como é carinhosamente conhecida teve o seu crescimento alavancado pelos investimentos atraídos durante os anos de ouro da cotonicultura na região, ali se localizavam importantes entrepostos, para onde se dirigiam os caminhões abarrotados pelo “ouro branco”, e que daí retornavam da mesma forma, cheios, mas agora com inúmeras mercadorias que iriam abastecer as pequenas cidades e povoados da região. Alimentava-se assim, um intenso ciclo econômico, revelador de um crescimento, desenvolvimento, períodos de crise e decadência, que tinha por base a cotonicultura. Abaixo, ruína de uma Algodoeira na Avenida Padre Rolim, no centro da cidade de Cajazeiras- PB.

IMAGEM²⁰ 8 - Ruína de Algodoeira no Centro da Cidade de Cajazeiras- PB



Segundo relato do senhor Elias Moreira, médio produtor triunfense nos anos de 1980, além de Triunfo, várias outras localidades do Alto Sertão da Paraíba, a exemplo de Santa Helena, Antenor Navarro (atual São João do Rio do Peixe), Uiraúna, bem

²⁰ Fonte: Acervo do autor

como cidades do vizinho Estado do Ceará, como Umari e Baixio, faziam parte desse complexo produtivo que tinha como referência para escoamento da sua produção a cidade de Cajazeiras. Esta se configurava como uma ponte entre os produtores sertanejos e os centros distribuidores e consumidores do algodão. Várias “Algodoeiras” localizadas na cidade recebiam a produção dos municípios adjacentes e a encaminhavam aos entrepostos mais avançados.

Essa relação econômica se traduzia também em uma vasta rede de relações sociais, pois proporcionava um contato contínuo entre os habitantes dessa região, aí se deram intensas trocas culturais, artísticas, religiosas e afetivas que mantém essas populações até hoje ligadas por laços espirituais e de parentesco que resistiram, inclusive, ao extermínio do algodão.

Esta região “respirava” algodão; nas décadas ligeiramente anteriores a 1980 era palpável a importância econômica representada pela cotonicultura. Foi essa atividade a responsável pela entrada, ainda que tímida, desse espaço no circuito de consumo de bens duráveis como automóveis, televisores, refrigeradores entre outros.

Em uma região tradicionalmente caracterizada pelo latifúndio a produção de algodão naturalmente estava sob o controle dos grandes proprietários. A apropriação de excedentes marcava a situação social do trabalhador para fins de acumulação de um capital que não ficava retido em suas mãos, ao tempo em que o colocava nos quadros de permanência material como despossuído da propriedade privada do(s) meio(s) de produção, isto é, da terra.

O agricultor vendia sua força de trabalho quase sempre em troca apenas dos itens essenciais para sua subsistência. Esta subsistência, por sua vez, alinhava-se com os interesses do patrão latifundiário, que ao lhe abastecer com os víveres essenciais “lubrificava” as “engrenagens” daqueles que efetivamente eram os seus motores de produção. Nesse aspecto as palavras de Marx nos *Manuscritos de Paris*²¹ encontram eco substancial nas relações de trabalho registradas nas lavouras de algodão em Triunfo, quando expõe a discrepância entre moral e economia, denunciando a radicalidade da exploração do homem pela empresa capitalista. Enquanto a reprodução do capital é o único objetivo da produção, o trabalhador ganha

²¹ Publicados apenas após sua morte, os *Manuscritos* foram escritos em 1844, quando Marx tinha apenas 26 anos e antes do seu célebre encontro com Engels. Os *Manuscritos econômico-filosóficos* ou *Manuscritos de Paris* apresentam a planta fundamental do pensamento de Marx: a concentração de sua filosofia na crítica da economia nacional de Adam Smith, J.B. Say e David Ricardo.

apenas para sustentar suas necessidades mais vitais, ou seja, para não morrer e poder continuar produzindo.

Em igual medida, podemos buscar uma referência mais próxima ao nos reportarmos, mais uma vez, a Francisco de Oliveira, que descreve de forma quase poética essa dinâmica do Capital associada às ações de planejamento do Estado brasileiro sobre o espaço e as populações:

O fazendeiro financiará, em espécie, as poucas mercadorias que o próprio meeiro não produz: o parco sal, o querosene que alumiará a miséria, a roupa e o calçado dominical. Descontará na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão-somente sua própria força de trabalho e a de sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão. (OLIVEIRA, 2008, p. 170).

É imperativo que ao tratarmos de um tema como a cotonicultura, ainda que estejamos fazendo um recorte espacial bastante restrito, não olvidemos que estamos tratando na verdade de uma *commodity* agrícola de expressão internacional, e que, como tal, o seu cultivo está umbilicalmente ligado aos interesses do mercado mundial.

Nessa perspectiva cabe-nos perguntar, quem, de fato, desfrutou da maior fatia das benesses proporcionadas pelo algodão nordestino? O jornalista e escritor uruguaio Eduardo Galeano²², em sua célebre obra, "*As veias abertas da América Latina*", trava uma longa discussão em torno de questões semelhantes a esta que estamos colocando. Galeano entende que a relação entre os países latino-americanos e o "mundo desenvolvido", notadamente Europa e Estados Unidos, se deu sempre de forma desigual, de modo que a América Latina sempre arcou com os prejuízos subjacentes a esse processo, não obstante não ser esse o nosso enfoque nesse trabalho, ou seja, discutir as fragilidades e contradições do capitalismo. Mesmo assim não podemos prescindir de buscar compreender, minimamente, as inter-relações

²² Eduardo Galeano (1940-2015), foi escritor e jornalista uruguaio. É o autor da obra-prima, "*As Veias Abertas da América Latina*". Eduardo Hugles Galeano nasceu em Montevideo, capital do Uruguai, no dia 03 de setembro de 1940. Com 14 anos de idade vendeu sua primeira charge política. Trabalhou como pintor de letreiros, datilógrafo e caixa de banco. Iniciou sua carreira de jornalista no final dos anos 60, como chefe de redação do semanário "Mancha". Foi editor do jornal Época. Em 1971 escreveu sua obra prima "*As Veias Abertas da América Latina*". Em 1973, com o golpe militar no Uruguai, Galeano é preso e se exila na Argentina, onde lançou "A Crisis", uma revista sobre cultura. Em 1976, com o golpe militar do general Jorge Videla, Galeano se exila na Espanha. Nessa época inicia a trilogia "Memórias do Fogo". Em 1985, com a redemocratização do Uruguai, Galeano retornou para Montevideo.

existentes entre o auge e o declínio da cotonicultura triunfense e as dinâmicas mercadológicas engendradas pelos mercados.

As afirmações do pensador uruguaio ganham robustez quando analisamos, por exemplo, os processos de atuação de firmas internacionais como a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON que se instalaram em várias cidades do interior paraibano no período de maior importância da atividade cotonicultora no Estado. O geógrafo Paulo Sérgio Cunha Farias descreve com detalhes a atuação dessas multinacionais:

Essas empresas agiam de forma que só compravam o algodão em caroço. Pagavam um preço bem mais elevado por esse algodão do que o vigente no mercado e financiavam os agricultores em larga escala, comprometendo a produção destes com elas, após essa fase inicial de favores e benefícios aos agricultores tais empresas que comandaram os integrantes da cadeia intermediária de comercialização do algodão no Agreste e Sertão da Paraíba nas décadas de 1930, 1940 e 1950, utilizavam com a finalidade de aferir seus lucros especulativos, a prática de deprimir o preço pago ao produtor, criando, para isso, estoques especulativos; financiavam a entressafra através da compra antecipada da produção do algodão ao lavrador; mantinham os preços negociados com o produtor independente das variações para cima, mas não independente das variações para baixo; financiavam os insumos e outros bens a preços extorsivos. (FARIAS, 2012, p. 23).

Fica patente nessas colocações que a presença do capital estrangeiro permeando a produção algodoeira regional, acabaria, como de fato aconteceu, desequilibrando o sistema de produção familiar, pois o processo descrito acima por Farias se mostrou nefasto para os pequenos proprietários, na medida em que sempre que havia uma oscilação nos preços internacionais estes, invariavelmente, se viam endividados com essas multinacionais que não vacilavam em executar as dívidas desses lavradores, via de regra, lhes retirando a única moeda de troca que possuíam, a sua pequena propriedade. Nesse sentido é difícil contestar as afirmações de Galeano, quando identifica a presença do capital internacional como um desastre no médio e longo prazo para as populações locais.

Abaixo, unidade da multinacional argentina SANBRA na cidade de Campina Grande - PB, no planalto da Borborema, na década de 1950:

IMAGEM²³ 9 - Unidade Fabril da Multinacional SANBRA, em Campina Grande – PB na Década de 1950



Essas considerações que tecemos até aqui em torno da atividade algodoeira triunfense expõem os sofisticados mecanismos dos quais se vale o capital para garantir a sua reprodução, mesmo em recantos remotos, como é o caso do município de Triunfo, *locus* dessa pesquisa, assim, em defesa de seus interesses coordenou a substituição de espécies nativas por outras que atendessem às suas necessidades, em um segundo momento, através da cooptação de agentes locais assumiu o controle do processo produtivo, e finalmente, após exaurir as possibilidades de acumulação bateu em retirada rumo ao Centro- Oeste, deixando no seu rastro a ampliação da miséria e da desigualdade.

Por outro lado, devemos reconhecer que o capital e o mercado são entes abstratos e que não existem descolados do humano e do social, nessa perspectiva a convergência dos seus interesses com os daqueles que detinham o controle das forças produtivas locais foram determinantes, na nossa interpretação, para a manutenção de um modelo arcaico de produção e para a acentuação das já crônicas dificuldades existentes no espaço aqui analisado.

²³ Fonte: Disponível em: < www.cgretalhos.blogspot.com > acesso em 28/08/2017

CAPÍTULO III

DAS FIBRAS UMA MEMÓRIA

Quem sobe pela rua Pedro Trajano no centro da cidade de Triunfo, observa à esquerda, do seu lado mais elevado, a Igreja Matriz do Menino Deus, à qual se tem acesso pelas travessas João Gualberto e Raimundo de Moura Mouzinho. Do lado oposto encontramos o Calçadão por onde se chega a uma ampla área coberta destinada a atividades comerciais.

Lá encontraríamos uma edificação central ladeada por todos os ângulos por casas de comércio, bares e algumas residências. Sua imagem apresenta-nos, ainda hoje, um espaço de 30 metros quadrados compostos por colunas, ou volutas arredondadas e perfiladas. O telhado em quatro águas dava visibilidade aos habitantes da cidade e do campo que vinham negociar regularmente várias mercadorias. Essa edificação constituía o mercado público. Abaixo, vista interna do local.

IMAGEM²⁴10 - Vista Interna do Mercado Público de Triunfo



²⁴ Fonte: Acervo do autor

Durante os meses de agosto e setembro a movimentação se intensificava naquele espaço com a chegada de significativos volumes de algodão provenientes da zona rural de Triunfo e de municípios circunvizinhos.

O frenesi costumeiro dos transeuntes se avolumava; eram agricultores, pecuaristas, compradores de algodão, vendedores ambulantes, donas de casa, lojistas, cambistas, pedintes, enfim, todos os párias daquela sociedade com seu habitual burburinho, agora com tom mais elevado e eufórico a discutir e celebrar as benesses de mais uma bem sucedida safra do ouro branco.

Naquele ano de 1981 a colheita tinha sido próspera, algo em torno de 200.000 (duzentas mil arrobas) de algodão, o montante de recursos daí provenientes ensejava também uma acentuada movimentação na cena política local. Assim os nomes mais benquistos dentre as famílias do campo e da cidade se lançavam à disputa pelos cargos eletivos para o executivo e legislativo municipais.

Em meio ao calor de setembro e da corrida eleitoral, num dia empoeirado e preguiçoso chegou-se às vias de fato; a algazarra emanada da proza desinteressante no fundo do boteco, apinhado com os apreciadores da boa pinga, “santo remédio” para limpar o “pelo da garganta”, foi subitamente abafada pelo estampido agudo e repetido dos disparos do *taurus* calibre 38, que cravara dois projéteis no corpo do jovem político, ex aliado e agora adversário ferrenho do seu algoz. Sem sucesso tentou-se o socorro, a profundidade dos ferimentos e a distância do médico foram coordenadas decisivas para o desfecho trágico. Por dois longos dias o branco da prosperidade deu lugar ao negro do luto²⁵.

Os espaços adjacentes a esse núcleo central também eram pródigos em interação social; a periferia reverberava o centro e dava as boas-vindas aos habitantes da roça, nessa zona intermediária, ponte entre o urbano e o rural, o calçamento e a terra, abrigavam-se aqueles que ousaram urbanizar-se, sem, contudo, conseguirem completar o processo. As “agarobas” nesse pórtico de entrada da cidade serviam de estábulo para as montarias de quem, ainda fixo no campo, já fora enfeitado pelas novidades da “rua”: a luz elétrica, a água encanada, o pão de trigo, o remédio da farmácia, e esperava a sua vez de migrar para a “civilização”.

De volta ao centro!

²⁵ Em 28/09/1968 o então prefeito do município de Triunfo, Antônio Duarte de Aquino (Atécio), assassinou a tiros em via pública o seu antecessor no executivo municipal, João Ferreira de Alencar (Cícero Alencar).

Em torno do mercado no período de maior ebulição, os meses de agosto e setembro, tínhamos a impressão de que reinava a alegria, a esperança, o contentamento, nas casas de faixadas decoradas e portas venezianas os médios proprietários de terras que também comercializavam fibra planejavam a compra da C10 que transportaria a família e denunciaria o novo *status* alcançado, discutia-se o envio dos meninos para o colégio agrícola, enquanto para as moças o convento e um bom casamento eram as alternativas mais aventadas.

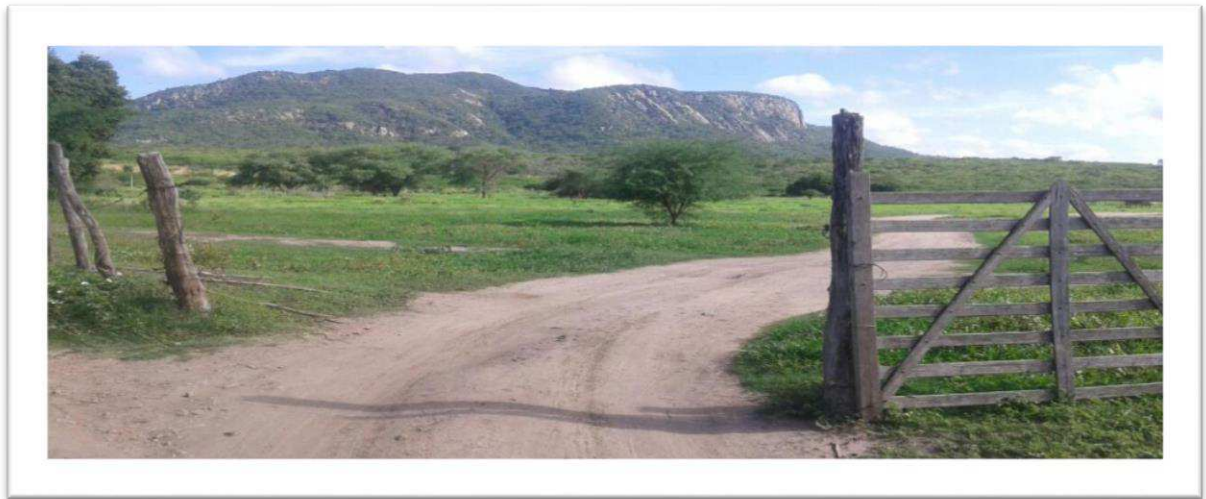
Nesse mesmo espaço outra novidade se inseriu, transitavam agora entre a caboclada mestiça homens pretos, os “Negros dos Quarenta” chegaram para ficar, trouxeram na bagagem coragem, cordialidade e os traços culturais da mãe África que rapidamente disseminaram em Triunfo. A festa do Menino Deus incorporou os rituais sincréticos, e os tons da melanina se misturaram ao rosa predominante, o acolhimento fora rapidamente recompensado, fixados na rua Princesa Isabel; os novatos incrementaram a economia, a cultura e a vida, no despertar da curiosidade recíproca pretos e brancos descobriram-se, e confirmando a beleza da diferença logo os mulatinhos começariam a dar o tom da diversidade.

E esses movimentos intensos se espalhavam em todas as direções, o dinheiro que ficava quando a carrada de algodão partia alimentava os negócios, vendiam-se as vacas, compravam-se os porcos, trocavam-se os bodes, pagavam-se as dívidas, quem não conseguia o suficiente para a aquisição do carro comprava a sua monark²⁶, a arreação nova e personalizada para o burro manso, e o revólver que iria realçar as qualidades de macho.

Os batizados, os casamentos, tudo se tornava possível, por um breve momento tudo parecia permitido, o algodão garantia, melhor aproveitar!

Todavia tudo isso começava naquele espaço contíguo; era no campo onde estava o motor que fazia vibrar toda essa engrenagem!

²⁶ Marca de bicicleta

IMAGEM²⁷11 - Porteira de Propriedade no Sítio Gamelas

Circundando a cidade estava a zona rural, ao Norte ao pé da formação rochosa chamada de Serra das Gamelas (em segundo plano na imagem acima), que marca o limite com os municípios de Umari e Bernardino Batista situa-se um desses espaços de produção, o sítio Gamelas, a pouco menos de três quilômetros do centro da cidade, apresenta-nos um terreno arenoso onde cresce uma gramínea rasteira, entrecortada por arbustos típicos da caatinga, como o marmeleiro, a jurema, o mufumbo e o juazeiro.

Ali estava o agricultor; esse operário dispensava o relógio, obedecia apenas aos tempos determinados pela natureza, o nascer do sol e o seu crepúsculo eram as referências para o início e o fim das labutas diárias, o cantar do galo o despertador que jamais atrasava, o cochar do sapo e o revoar das garças as previsões climatológicas mais precisas.

As regras de convívio social não estavam expostas em códigos escritos, os limites das propriedades não requeriam documentação de cartório, as responsabilidades solidárias determinavam o raio de ação a que cada indivíduo estava submetido; quem criava bode fazia a cerca toda, a porta d'água era coletiva, não se podia cercar, as galinhas ficavam presas no plantio e na colheita, cachorro que mordida gente morria, melancia alheia podia comer desde que se avisasse ao dono.

Ao cruzarmos a porteira, encontraríamos, a cerca de quinhentos metros da residência, essa figura marcante, paramentado para mais um dia de trabalho

²⁷ Fonte: Acervo do autor

arregimentava os demais, todos vestidos a caráter, a indumentária mais que um anteparo que protegia do sol causticante do sertão, dos espinhos da caatinga e da picada mortal da cascavel era um elemento de identidade, o chapéu de palha, a camisa de mangas de retalho, as calças remendadas traduziam a simplicidade, a impossibilidade e a “desnecessidade”, como habitualmente falavam, de consumir além do necessário.

A reunião começava com a aurora, ao sabor do café torrado e moído na própria casa, as conversas se alongavam e um após o outro os operários que chegavam para integrar o mutirão iam se inteirando dos assuntos do dia, enquanto baforavam em tragadas longas o fumo do cigarro de palha compartilhado com naturalidade.

As poucas vacas, que já foram ordenhadas seguíam para o pasto ralo, atributo de menino que era guiado pelo animal ao invés de guia-lo.

O tilintar do ferro sobre a pedra enterrada até a metade no chão duro, era o som ambiente que ecoava desde a madrugada confundindo-se com o gorjear dos pássaros matutinos, bater a enxada era mais que simplesmente afia-la, era um exercício de paciência e precisão, muito fino corria o risco de quebrar-se, muito grosso dificultava o trabalho, diminuía o rendimento, a perícia nessa atividade se adquiria com o tempo, e a aferição da eficiência do artesão era mesmo comprovada quando sob o sol, a derrubada do mato se tornava suave e o lavrador se adiantava orgulhoso do resto da trupe que em vão procurava alcança-lo.

IMAGEM²⁸12 - Enxada Utilizada Para o Trato da Lavoura



²⁸ Fonte: Acervo do autor

Às mulheres cabia a logística do empreendimento, encher os potes antes do raiar do dia com a água cristalina do cacimbão era movimento essencial para o desenrolar das demais atividades; a matança das galinhas e o triturar do milho, o descascar do arroz no pilão de madeira, o cultivo das verduras no quintal de casa também eram responsabilidades que recaíam sobre elas; fortes, destemidas, endurecidas pela rigidez do seu mundo, não perdiam a ternura, a beleza e, sobretudo, não se despojavam das características de mãe e esposa. Também cultivavam o gosto pela conversa, não havia tema proibido, e se alguém se queixava de algum falatório mais ácido a defesa era veemente, não estava falando mal, apenas dizendo o que todo o mundo já sabe.

A partida para o eito requeria cuidados, a condução dos trabalhadores seria mais uma vez garantida pelas passadas firmes do pequeno alazão que desprovido dos atributos que poderiam lhe garantir o estrelato na vaquejada assumia o protagonismo do transporte no roçado.

Assim como o bom mecânico examina o veículo que pegará uma estrada longa o menino mais velho cuidava da atrelagem da carroça ao seu potente elemento de tração, o emaranhado de cordas logo se organizava e se distribuía de forma simétrica de ambos os lados do animal, sem mais delongas todos subiam a bordo, acomodando as cabaças com água fresca e as porções de rapadura e farinha que iriam garantir o suprimento de energia até a chegada do almoço. Tudo pronto, o ranger dos rolamentos enferrujados davam o tom do percurso para a capoeira no ritmo do trote compassado e firme do pequeno poltro.

A colheita era o ponto alto dessa trajetória, o momento para onde convergiam todos esses movimentos, o seu desenrolar tinha um “que” de alegria que superava todas as etapas da vida rural, os frutos do trabalho poderiam finalmente ser colhidos em agosto, para deleite de quem, desde dezembro, lutara incansável contra todos os reveses que se apresentaram. Assim como no plantio e no trato do algodão também nesse instante imperava o coletivo, na cata do algodão ganhava-se pelo peso da mercadoria colhida, chegar de madrugada e adentrar à lavoura nos seus espaços mais privilegiados garantia no final do dia mais dinheiro no bolso e mais elogios na praça, o bom catador era o homem a ser batido.

No final do dia, já sob a luz declinante do sol no limiar do poente, a caravana seguia, preguiçosa depois do dever cumprido, deixando cair aqui e acolá os capuchos

que não se acomodavam à carga, o cinza da estrada de terra batida ganhava pequenos flocos, alvos, como se por um milagre houvesse nevado no sertão.

Finalmente se chegava ao alpendre da casa grande, sobre as carroças a sacaria estourando com o excesso da fibra que exalava ainda o cheiro das ervas que teimaram em crescer ao seu lado no campo, o cansaço do dia longo e quente parecia desaparecer como por encanto, a lua que já despontava no lado oposto do horizonte trazia com ela a brisa que refrigerava o corpo e a alma.

Montada no centro do salão e iluminada pelo lampião de gás - a lamparina era proibida - a balança diria em pouco tempo o quão rentável fora o dia, iniciava-se o processo inverso àquele de poucas horas atrás no roçado, enfileirados os lavradores providenciavam o descarregamento das carroças, o sistema de pesos começava a separar o bom catador do bom falador, geralmente a proporção era inversa, quem falava muito catava pouco.

IMAGEM²⁹13 - Balança Utilizada Para Pesar Algodão



Alheio a essas disputas estava o dono da casa, das terras e dos destinos daqueles lavradores, atento ao mecanismo que aferia o peso da mercadoria, falava pouco e planejava muito, ao tempo que acompanhava o abarrotamento da sua

²⁹ Fonte: Acervo do autor

despensa traçava os próximos passos para garantir que a cena que se passou naquele começo de noite tivesse continuidade com a sua prole, que mantendo o domínio da terra manteria também a exploração dos descendentes dos seus meeiros.

Ao fim do dia, finalmente o recolhimento ao lar, o espaço embora não fosse pequeno possuía uma divisão precária, quem adentrava ali se deparava imediatamente com o sagrado, as imagens e retratos sobre um fundo de papel crepom vermelho cintilante na parede oposta à porta principal anunciavam em primeiro plano a força da tradição católica no cotidiano daquela família, por sua vez a presença do rádio, imponente sobre a mesinha forrada com uma delicada renda amarelada, marcava uma pequena fissura naquele isolamento e proporcionava o acesso ao mundo exterior, ao lado da janela dois potes construídos em argila decorada garantiam o frescor da água que se consumia durante o dia, “água dormida”, que se apropriava do frescor da noite e do sabor do barro, servida com prazer à quem a solicitasse, em canecos de alumínio caprichosamente polidos com areia fina, não fossem copos seriam espelhos.

No centro da sala uma mesa de pau d’arco talhada rusticamente e já enegrecida pelo passar dos anos; construídas da mesma madeira e com assentos de couro de bode seis cadeiras compunham o conjunto que acolhia os comensais de casa e de fora, ao lado, um pequeno pedestal sustentava uma bacia de porcelana, uma toalha e um naco de sabão aromatizado para as abluções imediatamente antes e depois das refeições.

Uma porta estreita dava acesso ao cômodo subsequente, a cozinha abrigava todos os itens indispensáveis para o processamento diário da singela alimentação.

O destaque era o fogão à lenha, sobre ele uma chapa de ferro grosso e enegrecido servia de assento para as escassas panelas, também tingidas pela fuligem acumulada, ali a atividade era intensa, a chama que se acendia nas primeiras horas da manhã era alimentada vigorosamente ao longo do dia; para atender a demanda por combustível a maravilha das velhas cercas que já não cercavam nada era recolhida incansavelmente por mãos hábeis e resignadas que apressadas, garantiam sem erro, o almoço estaria pronto às onze horas.

Outro habitante desse espaço místico onde acontecia diariamente o milagre da multiplicação dos pães era o moinho, engolindo os grãos e regurgitando a fina massa que iria ser transformada no cuscuz, no bolo, na base para o doce de coco, na

pamonha, na canjica, enfim, um processador que dispensava os manuais e exigia as mãos fortes, e ao mesmo tempo delicadas e dedicadas.

Atraídos pelas migalhas que se desprendiam nesse processo, as galinhas e o seu exército de pintinhos, a leitoa com a sua prole, e até o gado miúdo eram visitas frequentes que não se deixavam deter pela porta frágil que dava para o quintal, quase de propósito ela nunca negava completamente o acesso a esses visitantes esperados.

Era aqui também o ponto predileto para a atualização da proza entre as comadres, reduto eminentemente feminino, só a elas e aos moleques o acesso a esse cômodo era irrestrito, homem ficava na sala, no alpendre, assim os assuntos mais íntimos podiam ser destrinchados sem pudor.

Se desvio o olhar para um canto lateral encontro um terceiro espaço, selado até o teto, abrigava o baú onde se acomodavam as escassas peças de roupa da família e a cama onde dormia o casal, neste cômodo não era dispensável a porta inteiriça dotada de fechadura, à chave que lhe permite a entrada somente a dona possuía acesso, a intimidade do casal que oscilava entre o pecado e a benção, garantindo a continuidade da extensa linhagem precisava ser preservada a qualquer custo, o pecado original que teimava em acontecer, garantia a média de um rebento a cada ano e mantinha o equilíbrio dos números, quando as doenças tropicais faziam a sua ceifa nos meses mais agudos.

Antes de adentrar a esse claustro, na “boca da noite”, o casal se ajeitava no alpendre a conversar, embora fustigado pelo cansaço o pai se punha a perguntar quem passara dos limites no decorrer do dia, e a mãe, como boa advogada, iniciava a paciente defesa dos seus santos diabos, prevendo que, como dantes, tudo se acomodaria no final.

IMAGEM³⁰14 - Casa Típica da Zona Rural do Município de Triunfo

A parte de fora dessa residência é uma extensão do interior, aqui aguardávamos o vento que viria, lá pelas vinte e duas horas, aliviar o ardor dos dias de verão, as colunas que suspendiam o telhado baixo sustentavam também as redes, de onde olhávamos o céu estrelado enquanto discutíamos as tarefas do dia seguinte, o cachorro vira-lata retribuía o abrigo, montando a guarda alerta no perímetro.

Nos primeiros quatorze anos de vida vivenciamos esse cenário, compartilhamos esses espaços materiais e simbólicos, aqui a quatro quilômetros ao Sul do centro de Triunfo. Mas no final da década de 1980, o turbilhão de sonhos que chega com a adolescência em conjunto com a acentuação das dificuldades se incompatibilizaram com esse ritmo bucólico com o qual se conduzia a vida, e a decisão, talvez apressada, foi por migrar, admite-se, por outro lado, que tal como o filho pródigo, não raras vezes o regresso fora desejado.

Esses espaços, que ora se apresentam à memória em movimentos intermitentes, não estão estagnados e organizados em um lugar onde os encontramos a qualquer tempo, afloram conforme direcionamos o olhar para esse ou aquele objeto singular, e são, portanto, uma construção a contrapelo, como nos fala Walter Benjamin³¹ (1981, p. 1240), onde o presente seleciona, recorta e colore, apresentando sim um passado, mas em constante interação com o agora.

³⁰ Fonte: Acervo do autor

³¹ Filósofo, ensaísta, crítico literário e tradutor alemão. Deixou vasta obra literária, além de ter contribuído para a teoria estética, para o pensamento político, para a filosofia e para a história.

3.1 O Averso do Silêncio: os Lugares da Oralidade e da Escrita da História

A empreitada a que nos propusemos, qual seja, a de construir um relato historiográfico que desse conta, minimamente, de problematizar a comunidade cotonicultora triunfense em um recorte temporal específico ressaltando os seus aspectos econômicos e sociais encontrou nos depoimentos orais o seu principal ponto de apoio, uma vez que, como já frisado em outra oportunidade, o camponês, de modo geral, não cultiva o hábito de documentar as suas atividades, ao menos nas formas mais tradicionais, ou seja, através de escritos, reservando à memória, em especial, os marcos do seu cotidiano.

Sendo assim, a produção desse trabalho monográfico está sendo elaborada em constante diálogo com uma modalidade de fonte histórica em particular: a narrativa oral; diante disto é que se fazem necessárias algumas considerações de cunho teórico- metodológico, no sentido de tornar claro para o leitor os limites e as possibilidades de utilização da memória enquanto elemento auxiliar da historiografia. Iniciemos com uma brilhante descrição do filósofo alemão Walter Benjamin para o processo narrativo, ele o define da seguinte maneira:

É ela própria [a narrativa] num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir “o puro em si da coisa” narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1993, p. 205).

A veracidade dessas afirmações benjaminianas pudemos constatar em diversos momentos durante o processo de “construção” do nosso acervo de fontes, quando ficava nítido que os nossos depoentes tão logo iniciavam a responder os questionamentos que lhes eram dirigidos, logo se lançavam por caminhos próprios onde o objeto, centro da narrativa, era incorporado de tal forma que ambos, narrador e objeto se confundiam. Vejamos um trecho da fala do senhor Aluizio Macena:

Mas é porque é daquilo que a gente vive não é, eu vivia só de pegar no algodão rapaz, cinco anos, seis anos, aí quando apareceu isso, pronto. Aí meu amigo eu lhe pergunto quem é que fala mais de algodão? (Aluizio Macena Duarte, ex comerciante de algodão)

Em consonância com o que nos diz Benjamin, percebe-se que o depoente e narrador não apresenta o objeto de forma desinteressada, antes ao contrário procura

contextualiza-lo, conferindo-lhe significados e valores e proporcionando ao ouvinte/leitor a possibilidade de, também ele, extrair conclusões e atribuir significados à história narrada, esta não se apresenta como um simples dado, que apareça de forma aligeirada e desprovida de reflexão, assim, convida o leitor/ouvinte à problematização.

Por outro lado, se faz necessária a compreensão de que a construção do fenômeno mnemônico é inevitavelmente perpassada pelo lugar social do indivíduo que lembra, logo, a seleção e organização dessas memórias estão condicionadas a esta localização do indivíduo em um determinado extrato social. O trecho de fala destacado acima marca exatamente esse lugar que o depoente, em especial, ocupava naquela sociedade, o de comprador de algodão, o que lhe confere também autoridade para introduzir em meio à sua narrativa o questionamento: *ai meu amigo eu lhe pergunto quem é que fala mais de algodão?* Corroborando novamente a tese de Benjamin (*idem, ibidem*), onde a narrativa enquanto uma forma de exteriorização da memória assume um caráter não só de informação de determinados fatos acontecidos, mas também, e sobretudo, propõe questionamentos.

Ao elegermos a memória como campo privilegiado da nossa pesquisa é preciso que estejamos inteirados das possíveis e inevitáveis contradições com as quais deveremos nos deparar no curso desta produção, isto porque a mesma por estar fundada no ato individual de lembrar, conforme nos alerta Silva Filho (1998, p. 48), não é a prova do real, mas um discurso, perpassado pela relação do indivíduo que lembra, de acordo com sua biografia, com a sociedade na qual está inserido, em tempo e espaço definidos.

Assim, o que emerge como resultado desta pesquisa não é a “história da cotonicultura triunfense nos anos 1980”, mas “**as histórias** da cotonicultura triunfense nos anos 1980”, dado que as narrativas não se apresentam de forma absolutamente idêntica, na medida em que uma testemunha enfatiza esse ou aquele detalhe, ao passo que outra lhe atribui uma importância menor, não obstante, com relação a outros diversos aspectos haja concordância.

Analisemos, a título de exemplo, as versões apresentadas por dois dos nossos colaboradores sobre os personagens que detinham a hegemonia da produção algodoeira em Triunfo na década de 1980:

Era esse Assis Duarte, Chicô Moço, Chicô Moço plantava muito algodão e comprava muito algodão! Zé de Duca também [...] (Egídio Vieira, 72 anos, agricultor aposentado)

O senhor Elizaldo Monteiro, em aparente discordância com o depoente acima citado nos apresenta outros personagens para o posto de “reis do algodão” em Triunfo naquele momento, segundo ele:

Do meu conhecimento mesmo as famílias mais ricas aqui de Triunfo, do município de Triunfo eram as famílias Liberato, a família Moreira, a família Adriano, a família Gualberto, a família Rosendo, essas famílias são as famílias de tradição né, uns criavam gado, tinham muita terra, e, a produção de algodão, a produção econômica deles era baseada nessas duas coisas o gado e o algodão (Elizaldo Monteiro, 63 anos, servidor público e agricultor)

Ora, reconhecendo a lisura com que os nossos interlocutores se dispõem a nos conceder os seus testemunhos, onde residiria, então, a origem das claras discrepâncias entre as falas dos mesmos no que se refere àqueles que comandaram o processo produtivo do algodão em Triunfo no período por nós analisado?

3.2 A Operação Historiográfica Diante da Memória: Algumas Referências Teóricas

A resolução deste aparente dilema, buscaremos, inicialmente, nas reflexões do filósofo francês Maurice Halbwachs³², que empreendeu profundos estudos a respeito dos fenômenos que constituem a memória. Referindo-se ao fenômeno da *memória coletiva* Halbwachs esclarece o processo pelo qual os diferentes indivíduos de um grupo elegem episódios distintos de suas vivências como marcos importantes, segundo ele:

No mais se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros de um grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam umas sobre as outras, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 1990, p. 51).

³² Sociólogo francês da escola durkheimiana, destacado por seus trabalhos sobre a Memória Coletiva.

Para Halbwachs, portanto, a aparente contradição que se percebe no interior das memórias de um dado grupo no que diz respeito a determinados objetos trata-se na verdade de deslocamentos da *memória individual* no interior da *memória coletiva*, deslocamentos estes, como já discutido por Silva Filho (1998), determinados pela relação que o indivíduo estabelece com a sociedade que o rodeia.

A *memória coletiva* dos cotonicultores triunfenses, portanto, é, em última análise o principal *corpus* documental ao qual recorreremos para a produção de um discurso válido sobre alguns aspectos econômicos e sociais daquela comunidade em um dado espaço/tempo, e neste movimento captamos também a emergência das memórias individuais, ambas (*memória individual* e *memória coletiva*) se comportam, portanto, como um organismo, onde as distintas partes se complementam.

Feitas essas considerações sobre o fenômeno mnemônico, passaremos a tecer algumas discussões nos parágrafos subsequentes a respeito de eventos relacionados à produção algodoeira de Triunfo que acreditamos, estão situados naquele extrato que Halbwachs (*idem, ibidem*) alega “estarem para todo o mundo”, ou seja, sobre os quais todos os integrantes daquela comunidade possuem um mesmo posicionamento, diríamos melhor, constituem a *memória coletiva* da cotonicultura triunfense, antes, porém, façamos uma breve paragem nas sempre admiráveis narrativas do ilustre cearense José de Alencar:

[...] desliza um fio de água que se dirige para o Norte, e engrossado com os mananciais que recebe no seu curso de dez léguas torna-se rio caudal, saltando de cascata em cascata enroscando-se como uma serpente [...]. Aí o Paquequer lança-se rápido sobre o seu leito, atravessa as florestas como o tapir, espumando, deixando o pêlo esparso pelas pontas do rochedo, e enchendo a solidão com o estampido de sua carreira. De repente, falta-lhe o espaço, foge-lhe a terra; o soberbo rio recua um momento para concentrar as suas forças, e precipita-se de um só arremesso como um tigre sobre a presa. (ALENCAR, 1996, p.3)

O fragmento de “O Guarany” que a princípio pode parecer fora de contexto, foi por nós aqui colocado como um exercício de analogia, quando pretendemos expressar a forma, não o conteúdo, de como captamos as lembranças dos agricultores triunfenses em relação ao algodão.

São torrentes de recordações que iniciam tímidas, algumas necessitam de um *start* do interlocutor para que comecem a fluir vagarosamente, contudo, uma vez desencadeadas, assim como um filete de água que brota da nascente, começam a

fazer-se volumosas, enquanto narradas ganham robustez à medida em que se auxiliam com as memórias de outrem, à maneira de um pequeno riacho o qual se alarga e aprofunda enquanto recebe os afluentes; e nesse curso ganha autonomia, e vez por outra se liberta das margens, não se atendo aos questionamentos iniciais colocados pelo pesquisador, desagua finalmente naquele mar onde as memórias individuais serão diluídas e já não serão a lembrança de um, mas fragmentos da coletividade que lembra.

Assim, como pequenos córregos, que volteando pelos campos acabam por convergir para um mesmo destino, as narrativas advindas dos depoimentos orais que colhemos junto aos agricultores triunfenses em relação à cultura do algodão nos conduziram para um desfecho, que na falta de um adjetivo mais apropriado nomearemos aqui de melancólico, antes de chegarmos a ele, no entanto, é necessário que recuemos, guiados pelas memórias individuais e coletiva até o início da década de 1980.

Fatura e escassez, antônimos que não se separam nas lembranças dos agricultores triunfenses por nós entrevistados; ao tempo que reclamam as duras relações estabelecidas com os “patrões”, proprietários das terras, e que lhes impunham condições perversas de parceria, tais como a apropriação de 50% (cinquenta por cento) da produção, fornecendo-lhes simplesmente a terra onde plantavam, também se envaidecem ao relembrar os tempos em que conseguiam com relativa facilidade ter acesso a algum dinheiro, bem como aos gêneros de subsistência, em função das garantias proporcionadas pelas lavouras algodoeiras.

Esse tempo e espaço de produção algodoeira que, não obstante a perversa realidade de exploração que engendrava, possibilitava a fixação e sobrevivência de número considerável de famílias no campo, bem como uma atividade econômica mínima no núcleo urbano, mantendo assim, também, as famílias ali estabelecidas, vai ser encerrado definitivamente durante a segunda metade da década de 1980, quando a praga do bicudo-do-algodoeiro se alastrou pelo município.

A chegada do bicudo emerge como ponto de convergência onde todas as falas advindas dos agricultores triunfenses se concentram, sobre este episódio não existem divergências, a totalidade dos depoentes é enfática ao atribuir ao bicudo o golpe de misericórdia na produção cotonicultora local.

Quando solicitamos que relatassem as suas experiências de convívio com o bicudo-do-algodoeiro, no curto espaço de tempo em que as lavouras subsistiram na

presença deste inseto, a unanimidade dos agricultores entrevistados descortina o choque que foi a impotência diante da praga que aniquilou os algodoads triunfenses, contudo, mesmo concordando sobre os aspectos mais gerais, surgem especificidades dessa memória coletiva, que caracterizam “os movimentos” das memórias individuais no seu interior.

Vejamos o que nos relata o senhor João Teodoro Lisboa, quando o questionamos a respeito dos acidentes com agrotóxicos usados no combate ao bicudo:

O povo inventava veneno de todo jeito, mas não tinha jeito não, só aqui morreram bem uns quatro envenenados, era o folidol [...] mas o perigoso mesmo era o folisuper. O cabra pulverizava depois comia melancia, não lavava nem as mãos, aí facilitava também [...] (João Teodoro Lisboa 78 anos, agricultor aposentado)

Outro de nossos entrevistados, o senhor Aluízio Macena apresenta uma versão distinta da anterior quando interrogado sobre possíveis mortes causadas pelo contato com os defensivos usados nas lavouras:

Não, não! Aqui teve um senhor que morreu, as pessoas acham que foi do veneno, mas [...] não sei não, acho que não. (Aluízio Macena Duarte, ex comerciante de algodão)

A princípio parece que nos encontramos diante de um impasse, afinal houveram ou não perdas de vida em Triunfo resultantes do manuseio de defensivos aplicados no algodão, estariam os nossos depoentes omitindo informações? O que explicaria, em última análise essa aparente contradição? Silva Filho (1998, p. 50) caracteriza a memória como “um trabalho de recordação, recordação esta que é uma construção, fornecida pela vivência em um quadro espaço-temporal”. Portanto, os discursos paralelos que emanam dos agricultores triunfenses, segundo essa ótica, são resultado das diferentes vivências nesse tempo e espaço específicos.

Embora entrecortada por memórias individuais que constituem pontos de vista distintos no seu interior a memória coletiva apresenta uniformidade nos aspectos mais gerais; as lembranças da devastação ocasionada pelo bicudo certamente podem ser classificadas como um desses “núcleos” de uma memória coletiva, pois em relação a ela existe uma generalização. Captamos esses discursos no contato com todos os

agricultores triunfenses que colaboraram com a nossa pesquisa, o senhor João Teodoro em outro trecho da entrevista nos relata em detalhes os prejuízos às lavouras causados pelo bicudo:

O algodão nós plantemo muito nessas caatinga, algodão preto! Algodão mocó! Nessas caatinga de primeiro você olhava chega era cinzento de algodão, aí o bicudo chegou! O cabra dizia aqui não tem quem acabe algodão! Mas ele começava a florar por ali, daqui a pouco começava a cair a maçã, aí o povo juntava, queimava os sacos de maçã, mas aí empestou mesmo. (João Teodoro Lisboa, 78 anos, agricultor aposentado)

Fazendo coro com essa narrativa oral outro de nossos colaboradores, dessa vez o senhor Aluízio Macena, corretor de algodão à época, apresenta a sua versão dos acontecimentos:

Rapaz isso diminuiu tudo né, foi uma diminuição geral, é como se o mundo fosse acabando, naquele tempo todo menino tinha dinheiro no bolso, era só trabalhar um dia na roça e tinha dinheiro no bolso, porque o dono vendia o algodão num preço alto e quando terminava já pagava (Aluízio Macena Duarte, ex comerciante de algodão)

Assim, a convergência dos discursos em torno da decadência do algodão triunfense lhes confere um estatuto de aceitação na medida em que, conforme afirma Halbwachs (1990, p. 54), “os homens se reportam a pontos de referência que existem fora de sua memória individual e que são fixados pela sociedade”. Portanto, a destruição das lavouras de algodão pelo bicudo em Triunfo trata-se de uma memória compartilhada pela comunidade como um todo e que tem sua sustentação na totalidade dos “indivíduos que se lembram”.

Não obstante a existência de um consenso no que se refere aos aspectos mais generalizantes do fenômeno que estamos investigando, se faz necessário o esclarecimento de que o trabalho com as fontes orais não resulta em um “resgate” nem tampouco pode fazer “reviver” um passado.

O historiador britânico Keith Jenkins Discutindo as fragilidades epistemológicas da história, aponta alguns motivos pelos quais a historiografia não pode aspirar à condição de “restauradora” de um passado, segundo ele:

Passado e história são coisas diferentes, ademais o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma e apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muito distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas (JENKINS, 2007, p. 24).

De acordo com as colocações de Jenkins, poderíamos dizer que a memória é a representação presente de uma coisa ausente, no nosso caso em particular o que desponta nas lembranças dos indivíduos que relatam são os recortes específicos que cada memória individual elegeu como elementos importantes para representar um determinado espaço/tempo, e que, portanto, para essas pessoas, e tão somente para elas, significam a realidade da cotonicultura triunfense naquele período.

As narrativas emanadas dos agricultores que entrevistamos demonstram empiricamente o que estamos discutindo em teoria, pois ao entrelaçarem suas vidas ao tema “algodão” destacam situações particulares de suas vivências, a partir das quais fundamentam as suas versões, nessa perspectiva é pertinente, neste momento, que nos coloquemos a questão: de quem é a memória do algodão em Triunfo? Buscando subsídios para responder satisfatoriamente a essa interrogação vamos recorrer a mais alguns momentos de fala dos nossos protagonistas:

Mesmo com essa luta toda, eu fazia essa luta e não saldava nada porque o patrão sempre juntava tudo, só dava pra manutenção da gente comer, agora na doença se você precisasse comprar um remédio tinha dinheiro, quisesse fazer uma feira pra comer tinha dinheiro, saía sem nada mas tinha o crédito pra tomar dinheiro novamente a juro pro outro ano, e assim ia vivendo (Egídio Vieira, 72 anos, agricultor aposentado).

O lavrador Egídio Vieira ao externar as suas lembranças da lida com o algodão assume um lugar de “explorado”, de dependente em relação ao detentor das terras onde trabalhava, logo toda a sua percepção desse conjunto de eventos ao qual estamos nomeando de cotonicultura triunfense nos anos 1980 não poderia nos apresentar essa comunidade sob outra ótica senão aquela da exploração, da submissão, e por fim, da resignação a um conjunto de situações que não oferecia qualquer alternativa de mudança.

O senhor Aluizio Macena, por outro lado, traça contornos diferenciados sobre aqueles anos e o trabalho com o algodão, na condição de comerciante internalizou e

nos repassa uma visão eufórica e positiva da época, exaltando os fartos dividendos proporcionados pela produção e o comércio do produto:

Na cooperativa tinha um prazo não é, ficava um mês, com um mês você recebia, deixava a mercadoria com um mês você se apresentava com a nota aí era só calcular e dá o preço, sempre aumentava viu, sempre aumentava um pouquinho, era uma beleza (Aluízio Macena Duarte ex comerciante de algodão)

O lugar social dos sujeitos que se lembram, portanto, determina quais os aspectos que serão mais ou menos enfatizados, e devemos ainda acrescentar que esses relatos são perpassados pelas *representações sociais* inerentes a cada depoente, assim estão impregnados, conforme afirma Silva Filho (1998), pela presença de sonhos, desejos, imaginações e até utopias.

Assim, as diferentes nuances que emergem nas considerações dos nossos depoentes demonstram as distintas condições em que cada um construiu o seu conjunto de memórias, e como estas foram perpassadas pela subjetividade de cada indivíduo, que a partir do seu lugar social lhes conferiu diferentes tonalidades.

3.3 A Escrita da História e a Memória: Relações Estreitas Entre a Recordação, o Esquecimento e o Relato

Sem desconsiderar as variações que aparecem nas falas dos camponeses triunfantes, deve-se ressaltar a importância da manutenção dessas lembranças para a constituição de uma identidade daquela comunidade.

O processo pelo qual um conjunto de recordações é fixado foi tema de estudos complexos desenvolvidos por vários estudiosos, nos reportaremos mais uma vez à Maurice Halbwachs, em função das suas considerações sobre as relações entre as memórias *individual, coletiva e histórica*.

O brilhante pensador francês alerta para o fenômeno do “esquecimento pelo afastamento de um grupo”, segundo ele não basta que tenhamos compartilhado vivências e experiências em conjunto; se não se mantiverem os contatos que permitam o trânsito dessas memórias no interior do grupo elas cessarão, pois deixarão de “alimentar-se” com as memórias do restante da coletividade.

Em certa medida esse trabalho almeja, entre outras coisas, contribuir também para que essa circularidade de memórias não se desvaneça, e, portanto, que os rastros das vivências da comunidade em questão não se apaguem.

Foi na trilha desses rastros, portanto, que fizemos incursões às lembranças de alguns agricultores e comerciantes triunfenses que participaram ativamente das atividades de produção e comércio do algodão na década de 1980, durante esse trabalho de sondagem verificamos que a recordação de alguns eventos em especial se sobressaíram às demais, apresentando-se como marcos importantes na memória dos depoentes para caracterizar o período por nós estudado. Passaremos a reproduzir aqui algumas dessas falas:

Tinha lagarta, aí começou dá um bicudo né, dava aquele bicudo no algodão, aí não abria não, ficava todo engurujado o algodão, você pra tirar o capucho tinha que abrir as caixas. Aí quando abria tudo podre, a gente dizia que era o bicudo, aí depois daí pronto já não tinha mais não, o povo não plantava algodão mais não (Teresa Vieira da Costa, 76 anos, agricultora aposentada)

A devastação provocada pelo bicudo é de longe o evento sobre o qual as falas são mais incisivas, todos os atores sociais ouvidos por nós, foram unânimes em apontar a incidência dessa praga como o capítulo mais triste da cotonicultura triunfense, e embora outros aspectos também surjam em meio aos relatos a nós concedidos, o fantasma do bicudo está de certo modo rondando todos eles. Vejamos outro trecho da fala do senhor João Teodoro:

Só tinha um inseto que atacava, era um inseto chamado lagarta, a lagarta só tinha ela mesmo, a gente pulverizava, era um tal de folidol, um Andrec, aí era só a lagarta mesmo, naquele tempo não se perdia as lavouras né [...], agora o bicudo eu sei que acabou. (João Teodoro Lisboa, 78 anos, agricultor aposentado)

Mesmo quando se trata daqueles que estavam mais diretamente ligados à comercialização do algodão, e que se encontravam em situação econômica mais confortável, gozando da possibilidade de migrar para outra atividade, conforme as atividades ligadas diretamente à cotonicultura davam sinais claros de extinção, percebemos o mesmo tom de desalento, a percepção de perda e impotência claramente envolveu a todos naquele espaço, o senhor Aluízio Macena nos conta em

tom enfático o fim das atividades algodoeiras na região:

Algumas pessoas tentaram de qualquer forma continuar através do veneno não é, mas você veja, o bicudo era tão danado que veneno não dava jeito, não combatia bem não, alguns diziam que matava o bicho, com dois dias já estava cheio de novo [...] rapaz é resistente, o bicudo é resistente. E já em 86 (oitenta e seis) não apareceu mais algodão. O bicudo realmente acabou com a principal lavoura daqui a principal que se chamava algodão. Aí foi uma crise generalizada não é, porque acabou com o comércio, arrasou! (Aluizio Macena Duarte, ex comerciante de algodão)

Esse certamente não é o único aspecto elencado em relação à cotonicultura triunfense, outras nuances foram captadas durante a pesquisa, tais como aquelas que dizem respeito aos tempos de fartura trazidos pelo alto rendimento alcançado pelas safras do algodão; as interferências observadas no cotidiano social matizadas pela prosperidade econômica emanada dessa cultura, o envolvimento familiar no trato das lavouras, as relações sociais entre patrões, meeiros, arrendatários e o próprio Estado, etc., contudo, é inegável que os anos de decadência que antecederam, como narra o nosso entrevistado, “o ano de 1985”, se sobrepõem às demais memórias, pois são claramente aquelas que permaneceram circulando com mais intensidade em meio aos integrantes do grupo social por nós estudado.

3.4 O Esquecer da História: Artifícios de uma Memória Narrada.

O que expusemos até aqui trata-se, em essência, de um conjunto de lembranças mais ou menos homogêneas que circulam no interior de um determinado grupo social, a comunidade triunfense. Sendo assim, nos parece coerente neste momento que voltemos nossa atenção um instante para uma outra face da questão: pois ao tempo em que ouvíamos as vozes dos nossos colaboradores também registramos os seus silêncios, ou poderíamos dizer, os seus esquecimentos, se consideramos que quando falam transmitem suas lembranças.

Iniciemos esses breves esclarecimentos sobre a dialética lembrança/esquecimento recorrendo a algumas observações sobre o tema desenvolvidas pelo filósofo francês Paul Ricoeur³³, segundo ele:

³³ Filósofo francês, nascido a 27 de fevereiro de 1913, em Valence, e falecido a 20 de maio de 2005, em Chatenay-Malabry, Paris. Foi professor nas universidades de Sorbonne e Chicago.

De início e maciçamente é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento (RICOEUR, 2007, p. 424).

Sendo assim, se impõe a pergunta: de que há esquecimento quando os integrantes da comunidade cotonicultora triunfense nos concedem os seus testemunhos? E ainda, considerando que Ricoeur nos alerta que, “é apenas de início e numa primeira instância que o esquecimento pode ser considerado como uma fraqueza de memória”, o que significam em um nível mais profundo de análise esses “detalhes esquecidos”?

Antes, porém, como uma forma de introdução a este ponto, que parece, nos exigirá um maior esforço de reflexão, vamos nos deter sobre alguns aspectos que podemos dizer sobre os quais existir “uma lembrança”, ou ainda, uma lembrança que “não se deseja esquecer”.

A fatura resultante do trabalho com o algodão poderia ser classificada por nós, caso estabelecêssemos uma escala de importância, como a recordação mais presente entre aqueles que nos concederam os seus relatos. A essa poderia se seguir, o ataque do bicudo às lavouras, as relações sociais permeadas por essa atividade, depois a própria dinâmica do trabalho no campo, algumas vivências intra e interfamiliares e assim por diante. Aqui não reside a dificuldade, dado que pensamos ter deixado suficientemente esclarecidos os mecanismos que constituem a *memória coletiva*, termo que pegamos emprestado a Halbwachs para conferir inteligibilidade a essa nossa intervenção.

No entanto, voltando à Ricoeur e à questão do esquecimento, devemos nos distanciar um pouco da ideia inicial de que este se circunscreve a uma simples “lacuna” ou “fraqueza” de memória. Para exemplificar o que estamos colocando analisemos pormenorizadamente os silêncios que captamos como resposta a alguns dos questionamentos diretos que fizemos às nossas testemunhas, assim como a presença destes ao entrecortar suas falas, quando em meio a um ou outro tema sobrevieram pausas e, ou, acelerações nas narrativas, como se o que estivesse sendo dito precisasse urgentemente ser deixado para trás.

Estes “lugares do esquecimento” nas memórias dos cotonicultores triunfenses se apresentaram a nós basicamente sob duas formas, o ressentimento e a saudade.

Afirmamos isto a partir da cuidadosa crítica documental que realizamos após a coleta e degravação dos depoimentos orais que nos foram concedidos.

Por razões óbvias iremos transcrever alguns fragmentos dessas falas sem identificar seus autores:

Ele fornecia o dinheiro [...] só que a gente pagava o juro, mesmo trabalhando na terra, produzindo a metade pro patrão, ainda pagava juro do dinheiro que pegava [...] o banco fornecia pra ele e perdoava o juro [...] mas ele não perdoava pra nós.

Nesse trecho de fala, o agricultor imprimiu algumas pausas em seu relato, como se determinados detalhes não devessem ressurgir em meio às demais lembranças evocadas. Houve aqui, no nosso entendimento uma clara seleção daquilo que não deveria ser lembrado, ou se o quisermos daquilo que deveria ser esquecido. Esse processo também demonstrou o desconforto do depoente ao ter que revisitar certos episódios de seu passado.

Outro de nossos entrevistados quando perguntado sobre a relação existente entre algumas mortes prematuras e a possível ligação destas com o manuseio incorreto de agrotóxicos não conteve a emoção, mas em meio às lágrimas negou veementemente ter proximidade ou mesmo conhecimento com alguma vítima dessa situação:

[...] rapaz isso já faz tempo né [...], mas eu não me lembro não, lembro de nada não, o povo ainda fala nisso, mas eu mesmo já me esqueci [...] agora crio umas vaquinhas, já me aposentei, as coisas agora são outras né [...] o negócio é olhar pra frente [...]

Esses dois pequenos relatos trazem nas entrelinhas, ao nosso ver, aquilo que Ricoeur denomina de “abusos do esquecimento”. O primeiro deixa transparecer nas diversas pausas a necessidade de controlar o ímpeto de narrar aquilo que a memória estava a lhe oferecer, e que poderia expor a sua insatisfação ainda latente em relação a um terceiro. O segundo, por sua vez parece buscar uma fuga do sofrimento que determinadas lembranças lhe impõem, em especial a perda precoce de entes queridos. Assim, com base nessas breves observações podemos afirmar que a memória é seletiva, e, portanto, o esquecimento pode ser conceituado, assim como a lembrança, como um fenômeno psíquico e social, como uma ação consciente do

sujeito, podendo nessas circunstâncias ser examinado e compreendido no âmbito da operação historiográfica.

Fica claro, portanto, que ao construirmos um corpus documental e especialmente quando recorremos à oralidade, expressão que exterioriza a lembrança e a memória, é necessário que consideremos o esquecimento como elemento intrínseco a todo esse processo.

Dessa forma o que a memória seleciona externada no processo da narrativa, parece ser a chave para a resolução dessa problemática, nesse sentido Ricoeur esclarece alguns desses mecanismos:

As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diretamente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela. (RICOEUR, 2007, p. 455).

Foi considerando esses “artifícios” da memória que buscamos compreender as motivações subjacentes às pausas, “esquecimentos” e lembranças externadas pelos agricultores triunfenses que nos concederam os seus depoimentos e, ou, os seus silêncios. Assim, procuraram dar voz especialmente àqueles eventos que se constituíram em motivo de contentamento, de esperança, de paz enfim, ainda que entrecortados por inúmeros problemas; por outro lado, os momentos de maiores dificuldades, especialmente aquelas que remontam às perdas de membros da família e desavenças no seio do grupo familiar mais próximo estiveram relegados ao silêncio, ao “esquecimento”, enfim, àquilo que Ricoeur (2007) denomina de *memória impedida*.

Finalmente poderíamos considerar que, sendo o ato de rememoração uma operação à contrapelo, ou seja, sempre induzida por questões presentes que se reportam a um passado, e nesse mesmo sentido o esquecimento; os recortes, exaltações e anulações das lembranças de determinados eventos assegurariam sobretudo, que “os fantasmas” presos neste passado, não ultrapassem a linha do tempo e retornem para assombrar o presente, ou seja, esses “esquecimentos” estão se colocando como um anteparo, impedindo que as afecções, o *pathos* que se abriga nas regiões sombrias do inconsciente, contaminem o agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção do projeto que originou esse trabalho sofreu influência direta de nossas experiências pessoais, na medida em que somos egressos do mundo rural. Foram a necessidade de compreensão e explicação de algumas situações que se apresentaram nesse cotidiano, e posteriormente a inserção no espaço acadêmico, com todas as aberturas que esse novo lugar social proporcionou, os motores que impulsionaram os trabalhos dessa pesquisa.

O conhecimento empírico que possuímos sobre o cultivo do algodão foi aqui de fundamental importância para a interlocução com aqueles que nos concederam as suas narrativas, viabilizando assim a construção das fontes necessárias para a execução dessa monografia.

Assim, partindo de um conhecimento prévio dialogamos de forma intermitente ora com os agricultores e comerciantes triunfenses, profundos conhecedores da realidade local, ora com uma extensa bibliografia que se debruçou sobre a cotonicultura regional e nacional, e suas interligações com os circuitos mundiais de produção e consumo; em meio a esses movimentos nos deparamos com a seguinte questão: **é possível afirmar que o ataque do bicudo do algodoeiro foi a causa única, ou mesmo a principal causa do extermínio da cotonicultura em Triunfo?**

As falas dos agricultores e comerciantes locais externando uma memória coletiva consolidada, e, portanto, sendo um discurso válido, apontam na direção de imputar ao bicudo-do-algodoeiro, de forma exclusiva, a inviabilidade da cultura, entretanto, as interconexões possibilitadas pelo cruzamento das manifestações dessa oralidade com as informações advindas do meio científico dedicado ao estudo do setor acrescentam alguns aspectos dignos de análise.

Albuquerque e Gomes (1996, p. 148), analisando as diretrizes da política econômica adotada pelo país a partir dos anos 1990 destacam alguns pontos que, ao nosso ver são incompatíveis com o modelo de produção e desenvolvimento que caracterizavam locais como o município de Triunfo, segundo eles: “a presente fase de evolução do país contempla a estabilidade e a liberalização, concomitantes à reestruturação produtiva voltada para a competitividade e compatível com crescente participação nos processos convergentes de globalização do capitalismo e de integração macrorregional de mercados”.

Essas características apresentadas pelo modelo de Estado ao qual os autores se referem e que seriam necessárias para uma inserção nos novos padrões de produção e consumo são ausentes ou insignificantes no espaço por nós estudado, afirmamos isto com base nos relatos de depoentes e em documentos que atestam uma imobilidade do espaço compreendido pelo município de Triunfo no sentido de adequação a essas exigências.

Quando nos referimos a inadequações estamos falando de um conjunto de fatores ligados direta ou indiretamente à atividade agrícola de um modo geral e à algodoeira em particular que, segundo a nossa percepção se mantiveram estanques no município. Em relação à cotonicultura algumas condições em especial podem ser destacadas: a deficiência no desenvolvimento de sementes melhoradas geneticamente quando comparamos com outras regiões do país; a insuficiência ou ausência total de aconselhamento técnico; inexistência de máquinas e insumos, entre outras deficiências que se mostraram determinantes no sentido de não permitir que houvesse poder de competitividade do algodão local diante da fibra oriunda do exterior e mesmo de outras áreas dentro do próprio espaço nacional, que adotaram formas de produção mais avançadas do ponto de vista tecnológico.

Por outro lado, se estamos afirmando que ao menos em parte, os atrasos tecnológicos inerentes ao espaço geográfico onde se insere o município de Triunfo podem ser apontados, em conjunto com a incidência do bicudo, como causa para o fim da cotonicultura, parece claro que uma segunda questão se impõe de imediato em decorrência direta da primeira: o que explicaria, em última análise, essa resistência às “inovações”, Novidades estas que em tese consolidaram outras áreas como produtoras de algodão?

Entendemos que a configuração histórica das relações de trabalho que se estabeleceram no campo, em localidades como Triunfo, estão por trás desses altos níveis de resistência aos necessários processos inovadores; tanto as nossas fontes orais quanto a bibliografia consultada parecem convergir para um ponto em comum na resolução desse problema.

Os vários depoimentos coletados junto aos agricultores triunfenses trazem à luz o alto nível de exploração a que estavam submetidos aqueles indivíduos que despossuídos da terra se sujeitavam à parceria, ao foro e à meia; esses arranjos permitiam ao proprietário a apropriação de até cinquenta por cento daquilo que era produzido logo de imediato, enquanto outros mecanismos como empréstimos e

abastecimento de gêneros indispensáveis à sobrevivência se encarregavam de trazer o que restava do “saldo” dos lavradores. Sendo assim, entendemos que a lucratividade com a atividade algodoeira em Triunfo não estava pautada no sucesso de uma produtividade acentuada, ou na qualidade do material produzido, mas sobretudo, no excesso de apropriação garantido pelas perversas relações entre os camponeses despossuídos e os proprietários de terras. Essa rapinagem, portanto, garantia um lugar de conforto que inibia e gerava resistência a investimentos no desenvolvimento e implementação de técnicas que representassem qualquer inovação nas formas produtivas.

Concluimos, assim, ao menos parcialmente, que o fim do algodão em Triunfo apresenta causas diversas, as vicissitudes climáticas e o bicudo certamente foram inimigos de peso, porém o homem com sua insaciável sede de acúmulo criou as condições propícias para este triste desfecho.

Por fim, devemos reconhecer que esta análise é incompleta, que talvez carregue alguns aspectos demasiadamente pessoais, exaltando o percurso em detrimento do destino almejado, mas, nos respaldamos na ideia, que nos parece já cristalizada, que alerta para a impossibilidade de uma história total. Sendo assim, nos lançamos a coletar fragmentos que permitiram construir pistas de uma sociedade e um tempo particulares; desta feita oferecemos ao leitor não uma resposta objetiva a um problema formulado, mas um singelo instrumento que terá desempenhado com sucesso sua missão se tiver conseguido suscitar mais um punhado de dúvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, R.C; GOMES, G.M. Nordeste: os desafios de uma dupla inserção. In:____. VELLOSO, João Paulo dos Reis. (coord.). **O real, o crescimento e as reformas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. P. 145-194.

ALENCAR, José de. **O Guarany**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1958.

ANDRADE, Érika Vanessa Lisboa. **“Os Quarenta”**: tradição e identidade de uma comunidade negra na cidade de Triunfo- PB da década de 1950 aos dias atuais. Trabalho de Monografia de conclusão de curso de Licenciatura Plena em História. Cajazeiras, UFCG, 2013.

BAER, Werner. Questões contemporâneas. In:____. **A economia brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Nobel, 2009. Parte II, P.273-452.

BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macedo. **Breve História do algodão no Nordeste do Brasil**. Campina Grande: Embrapa algodão documentos, 2003.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In:____. **Rua de mão única**. Tradução: Rubens Filho; Carlos Barbosa. 6° ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. P 73 - 105.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In:____. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas**. Volume I. 5. Ed. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 197-221.

CASTRO, Hebe. História social. In:____. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 45- 59.

COSTA, Sérgio Rodrigues; BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC**. Rio de Janeiro: insight engenharia, 2004.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha. A saga de duas regiões do fazer: as seletividades e as marginalidades do Agreste e do Sertão paraibanos nas divisões territoriais internacional e nacional da produção de algodão. **Revista Geotemas**. Pau dos Ferros, v.2, n.1, Jan/Jun. 2012. P. 17-36.

FILHO, Osmar Luiz da Silva. Imagens das cidades; oralidade, memória e história. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, n. 1, jan./ jun. 1998. P. 51-68.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In:____. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 27-59.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PINHEIRO, Deodato. **Algodão, uma experiência de vida**. São Paulo: Baraúna, 2010.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: ____. **A memória, a História, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. P. 423-462.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: ____. FERREIRA, M. M; AMADO, J (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 247 – 277.

ANEXOS

ANEXO 1 – Autorização Emitida pelo Comitê de Ética do Ministério da Saúde Para a Realização da Pesquisa

